

Soc - 7

2003

97



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CURSO DE SOCIOLOGIA**

***SABER, PODER E IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CEA  
(1975 - 1984)***

**CARLOS MANUEL DIAS FERNANDES**

Maputo, Março de 2003

U.E.M. - UFICS
R. E. 4409
DATA 12/07/05
AQUISIÇÃO <i>oferta</i>
COTA SOC - 7

**SABER, PODER E IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CEA  
(1975- 1984)**

**(Projecto de Pesquisa)**

Apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia, na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais, na Universidade Eduardo Mondlane.

**Carlos Manuel Dias Fernandes**

Supervisor: Dr. Elisio Macamo

Maputo, Março de 2003

## DECLARAÇÃO

Declaro que este Trabalho de Fim de Curso na modalidade de Projecto de Pesquisa nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau.

O presente trabalho resulta da minha investigação pessoal estando devidamente referenciados ao longo do texto e na bibliografia as fontes utilizadas para a sua elaboração.

## DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, José e Filomena. Aos meus irmãos, Zé, Nitinha, Dindinha e Luis, aos amigos e a toda comunidade ufcisiana.*

## AGRADECIMENTOS

A todos que directa ou indirectamente focalizaram energias positivas para que este trabalho se materializasse. Em especial ao meu supervisor, Dr. Elisio Macamo, professor no verdadeiro sentido da palavra, sempre incansável e pronto a esclarecer as diversas dúvidas e indecisões que tive. A todos meus professores da UFICS, em particular à Dra. Conceição Osório, pelo exemplo de docência e de entrega ao saber.

Ao Dr. Luís de Brito pela disponibilidade que teve em esclarecer alguns contornos históricos do CEA. Enfim, o meu sincero agradecimento também vai aos funcionários das instituições em que pesquisei.

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado, constitui uma reflexão sobre a determinação social do conhecimento. Pretende-se deste modo, analisar como CEA produziu conhecimento científico dentro de um contexto social específico, o marxismo-leninismo proposto pela Frelimo. São operacionalizados neste estudo, os conceitos de ideologia de Karl Mannheim e Poder /Saber de Michel Foucault.

A obra "*O Mineiro Moçambicano*" é trazida aqui como o elemento empírico capaz de estabelecer a articulação entre a produção científica e a manutenção de uma ideologia. A partir da análise desta obra pudemos mostrar que havia uma ligação muito forte entre a produção científica e o poder político. Assim, *O Mineiro Moçambicano* não só foi o reflexo de uma determinada experiência histórica ou condição existencial, como também serviu de factor reprodutor da visão de mundo "conservada" pela Frelimo. Validando portanto a ideia de Karl Mannheim da dependência entre o saber humano, seu conteúdo e suas formas à situação social de seus representantes.

**Lista de Anexos**

A - Descrição dos temas da Revista "Estudos Moçambicanos"

B - Relação de alguns Relatórios de Investigação produzidos pelo CEA

## **Lista de Abreviaturas**

CEA - Centro de Estudos Africanos

CC - Comité Central

EM- Estudos Moçambicanos (Revista)

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

UFICS- Unidade de Formação em Ciências Sociais



<b>Índice</b>	<b>pág.</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Revisão da Literatura .....</b>	<b>3</b>
<b>3. Quadro Teórico .....</b>	<b>16</b>
<b>4. Reconstituição Histórica do CEA .....</b>	<b>21</b>
<b>5. Articulação entre Saber/Poder no pós - independência</b>	
<b>5.1 A Frelimo no Poder : Construção e legitimação de uma visão de mundo....</b>	<b>30</b>
<b>5.2 O Mineiro Moçambicano como expressão de uma condição existencial.....</b>	<b>38</b>
<b>6. Conclusão .....</b>	<b>51</b>
<b>7. Fontes</b>	
<b>7.1 Fontes Bibliográficas .....</b>	<b>54</b>
<b>7.2 Fontes Documentais .....</b>	<b>57</b>
<b>7.3 Fontes da Internet .....</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é um projecto de pesquisa, realizado como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Sociologia, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Tem como tema *Saber, poder e ideologia na produção científica do Centro de Estudos Africanos (1975-1984)*<sup>1</sup>.

Este é um estudo onde procuramos discutir a articulação entre a produção científica do CEA e a manutenção de uma *visão de mundo* ou ideologia, por parte do partido Frelimo. Iremos descrever e analisar as condições de produção de conhecimento dentro de um contexto ideológico específico, questionando sobre como se legitimava politicamente a produção científica e que papel desempenhava na perpetuação e reprodução da ordem social vigente.

Como forma de estabelecer a articulação entre a ideologia e a produção de conhecimento, este estudo irá alicerçar-se no conceito de *Ideologia* proposto por Karl Mannheim, sendo reforçado pelo binómio Saber/Poder defendido por Michel Foucault.

É de realçar, que ao abordar as condições de produção do conhecimento num contexto social e histórico preciso, não pretendemos encetar uma análise epistemológica desse mesmo conhecimento, nem tão pouco provar a objectividade e cientificidade do mesmo. Reafirmamos, que é nosso propósito, reflectir sobre a relação entre pensamento e existência ou por outra, a relação entre a produção científica do CEA e o seu enquadramento na visão do mundo veiculada pela Frelimo.

O trabalho está estruturado em três secções. Na primeira secção pretendemos expor o quadro teórico e a metodologia que sustenta o estudo. A nossa análise será suportada pela perspectiva da sociologia do conhecimento, utilizando especificamente o conceito de Ideologia de Karl Mannheim. Falaremos também do conceito de poder e saber de Michel Foucault. Estes conceitos permitirão enquadrar a visão de mundo da Frelimo na sua articulação com a produção científica do CEA, ajudando deste modo a perceber melhor as condições sociais de produção de

---

<sup>1</sup> O período em análise inicia-se com a independência nacional até ao abandono do marxismo-leninismo pela Frelimo, no seu quarto congresso(1984), Cf. Mosca, João, p.164 (1999).

conhecimento dentro de um contexto social específico. Iremos ainda nesta secção, mostrar como Mannheim define o conceito de ideologia, bem como a sugestão de Foucault em relação à indissociabilidade do conceito de poder/saber, pois que para este autor, é o saber que produz poder.

Na segunda parte, debruçar-nos-emos sobre o contexto político-ideológico dentro do qual o CEA se constituiu. Aqui faremos uma espécie de reconstituição histórica da instituição, o seu surgimento, como estava estruturada, qual era a sua orientação teórica, seus temas pesquisados, projectos e da equipe de investigadores que a compunham.

Com esta secção pretendemos demonstrar também, que as condições históricas do seu surgimento, tiveram implicações profundas na maneira como esta instituição se definiu.

Finalmente na terceira parte do estudo, procuraremos trazer à nossa reflexão, um elemento empírico, como forma de melhor mostrar a articulação entre saber e poder. Este exercício permitirá em nossa opinião, demonstrar a implicação da ideologia na produção do conhecimento. A base empírica para esta análise será o estudo do CEA sobre o trabalho migratório intitulado, "O Mineiro Moçambicano" (1998), que consideramos ser a obra de referência de toda a produção científica do CEA daquela época, tanto pela sua abordagem teórica, como também pelo número de investigadores que movimentou. Por outro lado, achamos que esta obra contém elementos teóricos e empíricos que permitirão uma melhor captação das condições sociais de produção do conhecimento científico dentro de uma determinada situação social. Na nossa análise detectamos uma ligação entre o discurso do CEA e às aspirações do poder político, no sentido em que este discurso científico pretendia responder às inquietações da ideologia dominante.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Pretendemos nesta secção fazer um balanço das várias perspectivas teóricas, primeiramente sobre os conceitos centrais do nosso estudo e mais tarde da literatura existente que abordou o CEA, mais particularmente na análise das condições sociais da produção de conhecimento.

Iremos num primeiro momento debruçar sobre os conceitos chaves do estudo, nomeadamente, Ideologia, Poder e Saber, tentando deste modo, fazer uma avaliação dos seus significados teóricos e suas aplicações na realidade social. Em relação por exemplo ao conceito de Ideologia, traremos definições de autores como Karl Marx, Vilfredo Parreto e outros como forma de mostrar a diversidade teórica dos conceitos, como também de permitir vincar ainda mais a nossa escolha por um determinado quadro teórico.

No mesmo princípio iremos, abordar a noção de poder em diferentes autores desde a perspectiva Max Weber, passando pelo poder simbólico de Pierre Bourdieu indo até à perspectiva da acção estratégica de Michel Crozier. Esta revisão terá também o condão de nos permitir perceber e melhor justificar a nossa opção por uma determinada abordagem e não outra. Em suma, pretendemos mostrar o que a sociologia geral e seus autores pensaram sobre estes conceitos e as suas diversas aplicações na realidade social. Cremos que este exercício, permitirá por outro lado, tornar ainda mais clara a nossa escolha teórica e metodológica.

Num segundo momento desta secção, iremos trazer algumas posições teóricas de autores moçambicanos e estrangeiros, que se debruçaram sobre as ciências sociais no pós-independência, privilegiando, como não podia deixar de ser, os discursos que tinham o CEA como objecto de estudo, incidindo mais especificamente na análise da articulação entre a produção científica e o poder político.

Apresentaremos primeiro O trabalho da Dra. Teresa Cruz e Silva investigadora e directora do CEA, ``O papel do CEA da UEM no desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique e no contexto da região``, com o objectivo de mostrar alguns aspectos sobre as ciências sociais em geral e sobre a produção científica do CEA em particular. Apresentaremos também outros

moçambicanos como P. F. Zucula, Conceição Osório, Kátia Taela, que também se debruçaram sobre a problemática da produção científica do nosso país.

Não deixaremos por outro lado, de abordar autores estrangeiros que colaboraram com o CEA e contribuíram também para o aprofundamento deste tema em análise. Estamos a falar de cientistas sociais como Christian Geffray, Michel Cahem, e outros. Consideramos estes dois autores centrais para o aprofundamento deste estudo na medida em que reflectem de uma forma crítica as condições de produção do CEA. O trabalho de Geffray, é pioneiro no sentido de nos dar em primeira mão uma leitura crítica do CEA como uma instituição ligada à prática investigativa. Ao trazer Geffray para a reflexão, pensamos que nos permitirá *dar mais luz* à articulação que pretendemos estabelecer entre a política e a produção científica.

Em relação ao conceito de Ideologia, poderemos afirmar que este oferece-nos uma gama variada de abordagens e significados. Poderemos deste modo, remeter esta diversidade conceptual ao debate intelectual do papel que as ideias teriam nas relações humanas, alguns considerando preponderantes, e outras como mero reflexo da realidade.

Iremos neste trabalho considerar apenas aquelas definições que nos remetem para o campo da sociologia. Neste sentido, o conceito de Ideologia foi inaugurado pela obra de Marx.

Karl Marx define Ideologia como ``uma expressão teórica de uma determinação social causada pelas relações de dominação entre as classes, que justifica tais relações dotando-as de `falsa consciência` ( Eagleton, 1997: 67). Como se pode depreender, aqui encontramos dois elementos importantes: o carácter de `falsidade` e a determinação social, vinculada às condições materiais de produção.

Encontramos dois elementos importantes na definição marxiana de ideologia: o carácter de falsidade e a determinação social( que Mannheim resgata na sua conceptualização). É neste sentido, que Terry Eagleton afirma que `` Marx entendia a ideologia vinculada à luta de classes, tendo em vista que a sua função seria de ocultar a dominação, identificando como um conjunto de ideias produzidas pela classe dominante. Com isto, a verdade passa a pertencer a esta classe e as demais ideias são consideradas falsas(...) (Eagleton, 1997:78).

Por outro lado, encontramos o sociólogo italiano, Vilfredo Parreto, que realça o carácter da ``falsidade`` do conceito de ideologia definindo-a *la deformacion que los sentimientos y las orientacoes prácticas de una persona provocan en sus creencias, disfarzando los juicios de valor bajo una forma simbolica de las afirmaciones dehecho.* ( João, s/data, p.3).

Um dos autores que mais se interessou pelo debate sobre o conceito de ideologia foi também, o sociologo Antonio Gramsci. Este autor define-a como `` *una concepcion del mundo que se manifiesta implicitamente en el arte, en el derecho, en la actividade economica, en todas las manifestaciones de la vida intelectual y colectiva.* `` ( *Idem.* Pag.5)

Por outro lado, Dumont \_ao abordar o conceito de ideologia, fala-nos `` de um sistema de ideias e juízos, explícito e geralmente organizado, que serve para descrever, interpretar ou justificar a situação de certo grupo ou colectividade e que, inspirando-se largamente em valores, propõe uma orientação precisa à acção histórica desse grupo ou dessa colectividade`` (Lakatos, 1999: 197).

Entrando agora no conceito de poder, faremos em seguida uma breve revisão das suas várias abordagens. Serão apresentadas aqui três diferentes perspectivas de tratar o mesmo assunto. A primeira de Max Weber, a segunda do poder simbólico de Pierre Bourdieu e por último o poder visto pelas teorias das organizações, mais especificamente da análise estratégica de Michel Crozier.

Um dos autores clássicos da sociologia que abordou a questão do poder foi Max Weber, em sua grande obra ``Economia e Sociedade`` (1984). Este autor define poder como `` a possibilidade que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa acção comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participam da acção`` (Weber, 1984:211).

A especificidade na definição de poder deste autor clássico da sociologia, está no facto de conceber o poder como pertença tanto de uma única pessoa como de um grupo. É assim que podemos separar na sua definição, o poder efectivo derivado da posse de bens materiais e

simbólicos como o carisma, o talento etc, do poder autoritário do chefe de família ou do monarca. Este tipo de poder baseia-se no facto de os dominadores recorrerem ao dever de obediência, independentemente de motivações ou interesses.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, abordou também este conceito, pensando sempre em termos de relações de poder, ou seja poder não apenas efectivo, mas antes de tudo, um poder de ordem simbólica. Este autor, chama-nos a atenção para a força que o símbolo exerce sobre os indivíduos e grupos. Antes de ocupá-lo, o poder atrai e fascina, depois de ocupado tende a ``colar`` a alguns como se lhes fosse eterno.

Percebendo as relações sociais como simbólicas, nas quais estão envolvidas trocas linguísticas, Bourdieu considera o poder simbólico como um dos mecanismos de construção da realidade e do sentido próprio do mundo social. Segundo este autor, para se ``desvendar`` a estrutura onde predominaria uma ordem determinada por uma pré-noção de conhecimento, a partir da qual se construiria relações de poder, temos que olhar para a maneira como o mundo social é construído através dos discursos, mensagens e representações.( Bourdieu 1994:76).

Pierre Bourdieu tal como Michel Foucault foram dois autores que se debruçaram esta o binómio saber/poder. Enquanto que Foucault ao analisar esta questão se concentra mais especificamente no saber-poder (disciplinar) das instituições sociais, que possibilita o surgimento de discursos normativos, de outro lado, Pierre Bourdieu admite a possibilidade de os próprios indivíduos serem portadores de poder como no campo científico, em que os cientistas disputam politicamente um poder que se expressa num capital simbólico, como o reconhecimento, a credibilidade etc. É preciso ter em conta, que mesmo sendo individual, este poder reveste-se de significados políticos que ultrapassam a esfera individual, pois que estamos em presença também de uma estrutura de poder nos vários campos sociais.

Encontramos por outro lado, um outro tipo de abordagem ligada à área da sociologia das organizações. A análise estratégica de Michel Crozier, que põe o problema do poder ao nível das organizações e nos remete mais para uma dimensão conflitante nas relações de poder. Segundo este autor.

``A vida quotidiana de qualquer organização é constituída de conflitos de poder...constata-se que individuos e grupos, diferentes pela sua formação e função, tem objectivos que nunca coincidem exactamente. Cada um tem a sua visão dos meios necessários para assegurar o funcionamento do conjunto. Esta visão diferente arrasta estratégias nem sempre concordantes. Há conflitos de poder. E este conflito arrasta por sua vez a necessidade dum poder regulador destes conflitos. Dupla necessidade de poder`` (Bernoux, s/d, p.151).

A análise estratégica define deste modo , o poder como ``a capacidade de um actor que o torna capaz de fazer agir outro actor`` ( Ibidem. p.162). Os recurso de poder seriam, ``a competência, o domínio das relações com o meio, o domínio das comunicações e o conhecimento das regras de funcionamento`` ( Ibidem. p.162).

Esta perspectiva dá mais ênfase às relações de poder dentro das organizações, onde a centralidade é posta nas estratégias individuais dos actores. Cada um dos actores persegue os seus próprios objectivos vivendo a organização com esta multiplicidade mais ou menos antagónica (Bernoux, s/d, p.128).

A perspectiva de poder por nós adoptada neste estudo, vai permitir encarar as relações de poder de uma outra maneira, primeiro porque Michel Foucault sugere uma ligação intrínseca entre o poder e saber. O saber na visão Foucaultiana, é visto como o suporte epistemológico em que as instituições se originam, sejam instituições sociais ou académicas. Segundo, porque para este autor, o poder não é uma apropriação (como de certa maneira Weber nos sugere), mas um conjunto de estratégias materializadas em práticas, técnicas e disciplinas diversas e dispersas. ``Ele exerce mais do que se possui, não é um privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas`` ( Foucault *apud* Deleuze, 1983:17).

Entramos agora para o segundo momento. O estudo de Cruz e Silva, dá-nos uma visão geral do estado das ciências sociais no Moçambique independente, detendo-se em certo momento na descrição da produção científica do CEA, que para esta autora constituiu a referência principal no campo da investigação. A autora aborda ainda o papel do CEA no desenvolvimento das ciências sociais no país, descrevendo deste modo, as várias temáticas que esta instituição



produziu ao longo da sua história e produção de conhecimento. Em suma, apresentamos este tema, pois acreditamos que permitirá dar uma visão global do desenvolvimento das ciências sociais em Moçambique e mais particularmente no papel que o CEA desempenhou para tal.

Cruz e Silva, neste trabalho procura reflectir sobre a interacção entre a produção científica e a situação social em que os cientistas vivem, trazendo deste modo, elementos que nos permitem traçar o percurso histórico das ciências sociais e o seu futuro num Moçambique independente e democrático. A autora descreve sucintamente o ambiente colonial da produção do conhecimento mostrando como o desenvolvimento das ciências sociais nessa época fora configurado para legitimar o sistema político vigente. Nessa altura, a produção do saber reduzia-se a estudos etnográficos e estatísticos, legislações, como forma de conservar e ``dar maior visibilidade a presença portuguesa em Moçambique (Cruz e Silva, 2000:2).

Sendo que a tónica do trabalho é dada no Moçambique independente, o CEA aparece aqui, como a referência primeira na pesquisa e produção do conhecimento científico. A autora analisa o ``papel desta instituição no desenvolvimento das ciências sociais em Moçambique e no contexto da região austral``, num momento particular da nossa história, em que novos desafios se impunham, tanto no âmbito social, cultural, político, económico, científico etc., estávamos num ambiente em que ``era preciso dar uma nova direcção à produção científica na área das ciências sociais.`` É aqui onde o CEA joga um papel preponderante uma vez que serviu como lugar de formação de quadros nacionais, ligados à pesquisa e à produção científica. Deu a sua contribuição até por exemplo na ``elaboração de textos de apoio e manuais para as escolas secundárias e em alguns casos, até na universidade, dada à escassez de livros nas bibliotecas... a somar as permanentes solicitações de ministérios, do exército e das escolas, para cursos de formação`` (Cruz e Silva, 200:3).

São descritas as várias temáticas produzidas pelo CEA, no período pós-independência através particularmente da sua revista *Estudos Moçambicanos*, tais como, o impacto do capitalismo colonial e a economia sul-africana, a construção do sistema socialista, a guerra civil, exclusão social, poder tradicional, mulher e género etc. As décadas de 80 e 90, segundo Teresa Cruz e Silva, caracterizaram-se por uma ``recuperação de certos valores culturais que levam

igualmente a recuperação de diferentes disciplinas e áreas de estudo, para responder a necessidades específicas, justificações sociais e jogos e interesses de poder'' (Ibidem. p.8).

Na mesma senda encontramos outro autor moçambicano, P F. Zucula, que apesar de não ter debruçado profundamente sobre a problemática das condições de produção de conhecimento do CEA, trouxe-nos uma reflexão sobre a evolução da ciência em Moçambique independente, focando algumas instituições que se dedicam à prática científica.

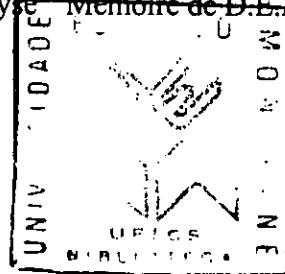
Através de uma comunicação sobre a ''Radiografia da situação de ciência e tecnologia em Moçambique'', este autor descreve o percurso do desenvolvimento da ciência e tecnologia no país, desde o período colonial, até à actualidade. O autor na sua análise distingue as várias instituições ligadas à ciência e prática investigativa, como a Universidade Eduardo Mondlane, o CEA, a Faculdade de Agronomia, e outras instituições. Ao longo da sua ''radiografia'', o autor menciona a criação da comissão de investigação em 1978, cujo objectivo era o de criar um guião para o estabelecimento de desenvolvimento de investigação. A suas principais recomendações foram materializadas em vários projectos de investigação.

Segundo Zucula, desses projectos, o destaque vai para a investigação nas áreas políticas, sócio-culturais e históricas lideradas pelo CEA. Este, criou uma máquina de investigação que cobriu temas políticos de Moçambique e da região da África Austral, questões laborais, questões da interacção do desenvolvimento económico com o desenvolvimento humano.

Encontramos por outro lado, o *memoire*<sup>2</sup> de D.E.A de Conceição Osório, que não abordando especificamente o CEA, traz-nos uma contribuição importante para esta questão da determinação social do conhecimento, mais particularmente na sua análise dos manuais de História elaborados depois da independência para o sistema nacional de educação em Moçambique dentro de um contexto ideológico específico do marxismo-leninismo.

Pretendemos a partir deste estudo trazer ao debate alguns aspectos que poderão consubstanciar a nossa tese de que a produção científica do CEA foi determinada socialmente

<sup>2</sup> Les Manuels Scolaires de Histoire au Mozambique – Une analyse – Memoire de D.E.A, Paris, Universite Paris, 1988.



pela manutenção de uma determinada ideologia, neste caso, a visão de mundo do partido no poder.

A autora, aborda a questão da pesquisa científica e seus limites, detendo-se de uma forma geral no período colonial, como forma de melhor aprofundar o contexto marxista leninista do pós-independência. Nesta fase, segundo Osório, o objectivo da pesquisa era por um lado de construir a história nacional através da eliminação dos particularismos regionais, e por outro para legitimar as estratégias políticas. A autora nesta parte estabelece pontos em comum com o poder colonial, afirmando que tanto um como o outro, exerceram uma manipulação ideológica do pensamento e dos pesquisadores. Sendo que a grande diferença está no facto de *“une recherche légitime l’illegitime - le colonialisme. L’autre recherche légitime le légitime - la Nation”* (Osório, 1988:12).

A autora estabelece uma ligação muito forte entre a prática científica em Moçambique e os constrangimentos políticos do partido no poder, a Frelimo, argumentando que a prática científica serviu basicamente com um instrumento que caucionava as estratégias políticas da ideologia dominante. Afirma a autora, que *“la recherche, en cautionsant le pouvoir et en se soumettant à celui-ci, contribue à la construction d’un système théorique qui soutient un pays ‘fabriqué’ et réorganisé par les élites urbaines”* (Osório, 1988:13).

Encontramos por outro lado, o trabalho de licenciatura de Katia Taela<sup>3</sup> sobre as temáticas produzidas pelo DAA no período que vai de 1975 a 2000. A autora enquadrará esta problemática a partir de Bourdieu e sua teoria os espaços de relações de poder e de jogos de estratégia dos diferentes actores.

O estudo analisa a influência das condições sociais nas escolhas dos objectos de estudo por parte do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UEM. O poder político, os financiamentos e a política de investigação, são apresentados por esta autora como os mecanismos através dos quais as condições sociais influenciaram nas escolhas dos objectos de pesquisa. Ao analisar o contexto histórico do surgimento da Antropologia bem como da sua evolução,

---

<sup>3</sup> Processos de legitimação do saber Antropológico em Moçambique (2001).

Taela deduz uma ligação sempre presente com o poder político, que contribuiu para a sua configuração, estatuto e legitimação como disciplina científica.

Para esta autora, desde a época colonial até aos dias de hoje, o poder político sempre interferiu nas escolhas dos temas a investigar. Segundo a autora, o que acontecia era que na altura ``era preciso que as ciências sociais estudassem temas importantes para a construção de uma sociedade socialista``(Taela, 2001:38). Afirmar ainda, que como no pós independência, o projecto da Frelimo era o da construção da nação e, para tal, segundo os discursos políticos, era preciso acabar com o tribalismo e com as diferenças ``a antropologia pelo facto de o seu objecto vincar aspectos de diferenciação cultural era percebida como uma ameaça`` (Ibidem. p.36/7).

Por outro lado, refere-se aos constrangimentos ligados aos recursos financeiros, que eram maioritariamente estrangeiros. Estes constrangimentos reflectiam nas necessidades materiais da pesquisa científica e na escassez de capital, tendo um impacto significativo na definição dos objectos a serem investigados, como também nos seus resultados. Segundo a autora, ``a pesquisa científica, responde mais a `encomendas` do que a uma produção resultante de problemas da prática da pesquisa antropológica, isto é, a investigação é pouco orientada para o mundo científico``(Ibidem. p.42).

A autora finaliza seu estudo abordando a questão das políticas de investigação, afirmando que, ``apesar dos discursos que sublinham importância da produção de conhecimento científico, não existe ainda uma política de investigação, havendo assim contradição entre o discurso e a prática política e social``(Taela, 2001:43).

Em seguida, apresentaremos alguns trabalhos feitos por investigadores estrangeiros membros e colaboradores do CEA, como forma de trazer à superfície o ``olhar do exterior`` sobre o CEA como instituição de pesquisa. Começaremos por abordar dois autores que contribuíram decisivamente para o esclarecimento de aspectos ligados com a problemática das condições sociais da produção do conhecimento científico por parte do CEA. Esta escolha por nós encetada tem a sua razão de ser. Na sua tese de doutoramento, Luis de Brito afirma, ``*parmi les rares travaux critiques, qui ne s'inscrivent pas dans la problematique dominante de la `transition*

*socialiste` je citerai ceux de Christian Geffray et Michal Cahem, qui ont ouvert de nouvelles voies à l'anayse de l'experience mozambicaine(...)* (Brito, 1991:5).

Começaremos primeiramente pelo artigo do Antropólogo Francês Christian Geffray. Este autor, elabora uma análise crítica da postura metodológica e investigativa do CEA no período de 1975 a 1985. A reflexão procura analisar a produção científica do CEA nas suas relações com o discurso do poder político, mais concretamente no que se referia a problemática da classe ``camponesa`, propalada pela ideologia dominante, como a ``aliança operário-camponesa.``

Christian Geffray, questiona a forte presença do Estado, na produção e pesquisa científica, onde a maior parte dos seus investigadores tinham tido uma formação marxista-leninista, chegando mesmo a afirmar que havia uma ``*soumission de la definition de lobjet de recherche sociologique aux priorites definies par la ligne politique du parti* (Geffray, 1988: 74). Contudo, Geffray é de opinião que a actividade científica deste Centro no período em análise,, era de longe a mais rica e a mais viva, onde temas como, a questão agrária, a problemática do campesinato eram de facto, os fios condutores da produção científica.

O discurso crítico de Geffray vai mais no sentido de afirmar que o discurso científico que o CEA produzia, por exemplo em relação a ``*L existence sociale de la paysannerie est theoriquement doutese* (Geffray, 1988: 73). Afirma aqui este autor, que a existência social do campesinato é teoricamente duvidosa, na medida em que os investigadores não tiveram em conta as especificidades e diferenciações culturais e sociais do campesinato tomando este, como uma massa homogénea e uniforme. Segundo este autor, o discurso, no qual o poder concebia a sua intervenção na sociedade moçambicana, alimentou-se de um *meconnaissance primitive*, politicamente assumido e sustentado, das especificidades e da disparidade das relações sociais no meio rural, dos fundamentos sociais da distinção racial, da tomada em consideração das línguas maternas etc.

Outro ponto da análise crítica de Geffray é o facto de considerar também ``*l'existence sociale de la paysannerie est aussi douteuse politiquement* (Geffray, 1988: 76). O que quer dizer que para este autor, muita das vezes o trabalho dos pesquisadores acomodava-se ao discurso do poder servindo deste modo como uma espécie de caução científica à ideologia nacionalista. Assim o CEA acabou por aceitar o discurso oficial segundo o qual existiria em Moçambique uma

classe "camponesa" visto aqui como um grupo social homogêneo, com a mesma existência histórico-social, com práticas e interesses comuns. Segundo Geffray, uma das palavras de ordem do discurso era "vamos organizar os camponeses *"comme si les populations rurales mozambicaines avaient été une vaste collection d'individus, hommes, femmes, vieillards et enfants desocialisés"* (Ibidem).

Verifica-se aqui que para este autor era preciso respeitar as especificidade sociais, culturais etc, das populações, e que estas já estavam historicamente organizadas, o que contrastava com a posição da Frelimo que pretendia anular um passado histórico de diferentes grupos sociais. Estamos assim, em presença daquilo a que esta autor chama de "*Lideologie de la page blanche*", quer dizer que a elite política e também o CEA, fez *tabua rasa* da existência social dos camponeses, suas dinâmicas e experiências históricas. Esta "*denegation*" das realidades do país foi correlativa com "*l'invention d'un pays imaginaire*" alicerçada como se sabe numa ideologia "marxista-leninista" onde o CEA na perspectiva de Geffray serviu como o laboratório dessa invenção.

No fim de sua reflexão, o autor descreve alguns dos factores que contribuíram para dar credibilidade científica ao CEA, o prestígio político e científico dos seus fundadores, refere-se neste caso, ao professor Aquino de Bragança e à socióloga sul africana Ruth First, que gozavam de certa influência no seio do poder político devido ao valor incontestável de suas prestações científicas dentro de certos domínios; a reputação da reflexão "crítica" dos pesquisadores do Centro bem como a adequação de uma linguagem às preocupações da elite do poder. Para Geffray o CEA foi nessa altura referência obrigatória de toda a estratégia de pesquisa e de formação universitária, ela reivindicava de facto a voz da ciência (*marxiste*) (Geffray, 1988:76).

Com um enfoque centrado na análise das publicações científicas do CEA encontramos por outro lado, o artigo do sociólogo francês, Michel Cahen (1982),<sup>4</sup> publicado na revista *Politique Africaine*. Este artigo traz ao debate, as temáticas mais significativas abordadas pelo CEA, e a natureza dos relatórios de investigação publicados. Segundo este autor, no processo de investigação e publicação do CEA, havia dois tipos de relatórios: um de cariz público e outro

<sup>4</sup> Cahem, Michel. "Publicações do CEA da Universidade Eduardo Mondlane" Tradução não oficial do texto feita por Calisto Pachaleque, Abril de 1997.

considerado "restrito", com uma divulgação e distribuição reduzida e limitada, que era controlados por razões políticas. Em termos gerais estes relatórios de investigação eram produzidos em duas vertentes, uma de carácter individual e outra de carácter colectivo, aqui trabalhava-se sobre "projectos": por exemplo, o projecto da Rodésia do Sul, projecto sobre o trabalho migratório, projecto sobre o desemprego, algodão, política estatal etc.

Michel Cahen deduz uma certa ligação entre o poder político, encarnado neste caso no partido Frelimo, e a produção do saber por parte dos investigadores do CEA. A certa altura afirma: "todos esses relatórios são redigidos por jovens investigadores moçambicanos ou estrangeiros, favoráveis a Frelimo, mas não se pode de forma nenhuma deduzir um compromisso sistemático com respeito a este partido. Este tema é também abordado por Geffray, classificando certos tipos de publicações censuradas pelo poder político, quando não estivessem de acordo com a ideologia dominante. É o caso das publicações de *diffusion restreinte*.(Geffray, 1988: 75).

Mas este autor não deixa de frisar que devido a sua estreita ligação com o poder, as publicações do CEA reflectiam muitas das vezes um compromisso político e social. É assim que Michel Cahen afirma que a maior parte dos relatórios tinham um papel político-económico directo, servindo para a formação dos quadros do aparelho de Estado e do partido.

À guisa de conclusão afirma Cahen que as temáticas abordadas pelos investigadores nessa época eram: "a exportação de mão de obra na África do Sul, a análise do campesinato moçambicano empreendida pelo investigador Marc Wuyts, o problema da mecanização da agricultura, o desemprego, a questão algodoeira, as machambas estatais, as aldeias comunais" etc (Cahen, 1982:3).

"Escritos e investigação sobre Moçambique no período de 1975 a 1980" de Colin Darch, historiador e investigador do CEA, é uma breve análise bibliográfica onde na mesma senda que Michel Cahen, o autor procura mostrar a ligação que existe entre a escolha dos temas, a natureza das publicações e os objectivos do partido no poder, neste caso a Frelimo. Como nos diz o autor ao analisar os escritos da época, de uma maneira geral, os aspectos dessa problemática, partilham a perspectiva adoptada pela Frelimo na transição para o socialismo. Mais

concretamente, contém a preocupação de como transformar a sociedade; como reproduzir novos sistemas e uma nova consciência; como explicar, em termos económicos e de classe, diversos fenómenos sociais específicos; incluem ainda a determinação de localizar problemas específicos e explicá-los no contexto das teorias gerais do imperialismo, subdesenvolvimento e formação de classes.(Darch, 1980:112).

No capítulo intitulado "Estudos Económicos" Colin Darch passa em revista, diversos escritos produzidos pelo CEA sobre aspectos da economia moçambicana onde o investigador destaca o relatório sobre "a exportação da força de trabalho para as minas da África do Sul a partir das províncias do Sul de Moçambique", como a mais conhecida publicação do CEA. São referidos também estudos sobre "a mão de obra migrante e os seus efeitos na economia rural"; o problema do desemprego, e por fim os temas relacionados com a região austral de Moçambique, pois que, segundo Darch, "o CEA não estuda os problemas de Moçambique isoladamente do restante subsistema da África Austral, sendo a análise da economia política dessa região em geral considerada como fazendo parte do campo natural de investigação do CEA ( Darch, 1980:113).

Em suma, as abordagens aqui apresentadas vão desde análise histórica do percurso das ciências em geral até a um enfoque mais específico, na interação entre a produção científica do CEA e a situação social e histórica do País. Por exemplo o texto de Michel Cahen, descreve as temáticas mais significativas do CEA, contudo não questiona sobre o que estava por detrás dessas escolhas, não arrisca na tentativa de discernir as relações de poder entre a produção científica e a produção científica. É nossa opinião de que ainda persiste uma grande lacuna em termos de trabalhos realizados na área da sociologia do conhecimento, que está preocupada especialmente com as condições sociais da produção do conhecimento.

---

<sup>5</sup> In Estudos Moçambicanos n.1, CEA, 1980.



### 3. QUADRO TEÓRICO

A partir do conceito de Ideologia de Karl Mannheim, este estudo tentará traçar as linhas de intersecção entre a produção científica e a manutenção de uma determinada Ideologia, analisando assim, o modo como a *visão de mundo* da Frelimo condicionou e influenciou a produção do conhecimento científico, numa *instituição de produção de saber* como é o CEA. A escolha deste conceito como fio condutor do estudo deve-se também ao facto de poder-nos dar pistas para algumas questões que se afiguram pertinentes para este tema. Procuramos saber por exemplo, em que contexto político a produção científica do CEA se fundou, assim como em determinar que papel desempenhou essa produção científica na reprodução social da visão do mundo proposta pela Frelimo.

Como forma de tornar mais coerente a articulação entre a produção do conhecimento e a manutenção de uma ideologia, no sentido em que o poder precisa de por exemplo, encontrar mecanismos de reprodução e legitimação, iremos resgatar os conceitos de Saber (considerado pelos discursos), e Poder ambos propostos pelo pensador Francês Michel Foucault.

É de referir, que este trabalho será efectuado no âmbito da sociologia do conhecimento. Segundo o sociólogo húngaro Karl Mannheim, um dos fundadores desta disciplina, *''a sociologia do conhecimento(...) como teoria, procura analisar as relações entre o conhecimento e a existência; como pesquisa histórico-sociológica, busca a origem das formas que essas relações têm assumido no desenvolvimento intelectual da humanidade''* (Mannheim, *apud* Washington, pag132).

A presença deste paradigma teórico para a nossa reflexão é conveniente na medida em que vai permitir enquadrar o discurso do poder sobre o papel da ciência, como também o discurso científico do CEA encarado aqui num determinado contexto histórico e social.

Como se sabe, a sociologia do conhecimento defende que o conhecimento não é algo intrínseco ao homem. Todo o pensamento na visão Mannheim, ocorre dentro de um contexto social, tem a sua localização social. As ideias e a própria cosmovisão têm seu fundamento na sociedade; elas se constroem a partir do lugar que o indivíduo ocupa na sociedade.

É assim que o conceito de ideologia de Karl Mannheim tem a sua pertinência teórica, pois define o sistema de pensamento e crenças de um determinado grupo social. Diferentemente de Karl Marx, que concebia a ideologia como "falsa consciência", cujo papel era encobrir, justificar e preservar as relações materiais-sociais da desigualdade propiciadas pela classe dominante, Mannheim por seu lado, recusa o tema da "falsa consciência", e centra o seu discurso na determinação social do pensamento de todos os grupos sociais, através da sua sociologia do conhecimento. Este autor, conceptualiza o ideológico a um produto social, induzida pela posição que os agentes ocupam no todo social.

Karl Mannheim fala-nos de duas concepções de ideologia: a *particular e a total*. A primeira estaria ligada aos factores psicológicos do indivíduo, as mentiras, os disfarces etc. como nos diz o autor, *todas as expressões cuja falsidade é devida à ilusão de si mesmo ou de outros, intencional ou não, consciente, semiconsciente ou inconsciente, que ocorre a um nível psicológico e se assemelha estruturalmente à mentira* (Mannheim, 1982:287).

Em segundo lugar, temos a *ideologia total*, que servirá de guia neste estudo. Esta, caracteriza-se por ser mais inclusiva que a primeira, pois que se refere a estrutura de pensamento de uma época ou de um grupo histórico-social concreto. Karl Mannheim afirma a propósito, que *"quando utilizamos a concepção total de ideologia, procuramos reconstruir todo o modo de ver de um grupo social, e nesse caso, nem os indivíduos concretos nem o seu somatório abstracto podem ser legitimamente considerados como portadores deste sistema ideológico de pensamento como um todo."* (Mannheim, 1982:85).

Esta noção vai permitir-nos, por exemplo, encarar a ideologia marxista-leninista da Frelimo, como sendo a visão de um certo grupo social, com características específicas do lugar que ocupam no todo social. É de referir, que no quinto capítulo do nosso trabalho, procuraremos fazer uma breve descrição da Frelimo como um grupo social produtor da visão do mundo dominante.

Para uma melhor clarificação destes conceitos apelarei ao trabalho do sociólogo Paulo Gusmão na sua obra *Teoria sociológica* (1992), onde o autor aborda a teoria do conhecimento

mais particularmente a de Karl Mannheim. Segundo Gusmão para Mannheim, *Ideologia* é definida como ``o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, de um certo grupo social, que se orientam para a estabilização ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida`` (Gusmão, 1992:137). Neste conceito de ideologia, tanto se justifica o que é feito pelo grupo, cujo interesse é entendido; como interpreta a realidade social de maneira a tornar a justificação plausível. Por exemplo, a ideologia Frelimista justifica uma sociedade socialista e ao mesmo tempo constrói uma visão de mundo, que torne plausível a igualdade entre os indivíduos, a ausência de classes etc.

Como fora mencionado anteriormente, também operacionalizaremos os conceitos de saber e poder propostos pelo pensador francês Michel Foucault. A perspectiva foucaultiana do saber/poder é pertinente neste estudo, na medida em que vai permitir abordar o poder como uma componente integrante na produção da verdade, o que quer dizer, que poderemos compreender como o poder se apropriou por exemplo das disciplinas científicas e, neste caso particular, do CEA, para produzir a *sua verdade*, a sua *formação discursiva*, como forma de melhor exercer poder, coagindo, controlando, disciplinando os indivíduos em sociedade. Assim, o poder não apenas reprime, censura, exclui, controla e pune, mas também produz realidades, campos de saber, objectos e rituais de verdade.

Michel Foucault afirma que ``estamos submetidos a produção da verdade através do poder e não podemos exercer o poder senão através da produção da verdade`` (Foucault *apud* Philp, 1992:99). Como se pode depreender, para Michel Foucault, saber e poder são indissociáveis na complexa teia social de poderes: *quem detém saber, possui poder*, isto porque o saber tem como pressuposto a busca da verdade e toda a vontade de verdade na perspectiva de Foucault, já constitui, em si mesma, vontade de poder. É desta maneira, que a produção do conhecimento do CEA vai ser analisada na sua interacção com o poder político, com a ideologia dominante na época. A partir desta ``teoria produtiva do poder`` poderemos captar a teia em que se tecem as várias relações de força entre os actores sociais.

Segundo Foucault, o poder não tem uma essência, um atributo, é algo dinâmico, é antes de tudo, relação, uma relação de forças que atravessa toda a sociedade, envolvendo dominadores e dominados. Trata-se deste modo de um ``jogo de forças, de lutas transversais presentes em toda

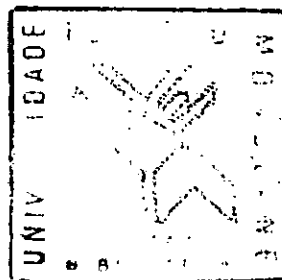
a sociedade." (Temes 1993:32). Não há aqui uma tendência a *coisificar* o poder, de ver o poder como algo que se detém como um objecto ou propriedade, este é visto como uma prática social, como uma relação estratégica entre diferentes actores, sendo deste modo, constituída historicamente. Portanto, para este autor, o poder existe somente quando é posto em acção, quando há "o outro" considerado como aquele a quem é exercido o poder.

É preciso ter em conta que para Michel Foucault, ciência e saber são diferentes, embora o seu enfoque teórico não esteja centrado nessa diferença, mas na análise da produção de saberes na sociedade. Assim, neste estudo iremos encarar o conceito de saber na sua acepcão geral, envolvendo assim, a produção científica.

Na sua obra *A arqueologia do Saber* (1972), Foucault busca explicitar um método de análise histórica que considere o discurso como saber, e não como ciência. Este autor não reduz a questão do saber ou das formas discursivas ao campo da ciência. De acordo com o pensador francês, "os territórios arqueológicos podem atravessar textos "literários" ou "filosóficos", bem como textos científicos. O saber não está investido somente em demonstrações, pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas..." (Foucault, 1969:222).

É importante referir também, que neste estudo iremos encarar a produção científica do CEA como um discurso na acepcão de Foucault. Afirmamos por outro lado, que ao utilizarmos este conceito, não pressupomos nenhuma forma de julgamento normativo ou epistemológico sobre a verdade dos seus enunciados. Pretendemos assim, indagar sobre as condições sociais da produção científica.

O conceito de *discurso* é indispensável quando se aborda a relação saber-poder. Para este autor, o discurso é sociologicamente importante, porque e através do discurso que construímos o que experimentamos como realidade, a maneira como falamos e pensamos sobre o mundo modela o modo como nos comportamos socialmente. É por outro lado importante pois este é "a nossa própria voz, o nosso próprio discurso, pelo qual tentamos impor-nos e auto-afirmar socialmente" (Barros, s/data p.3).



Michel Foucault, distingue duas espécies de discursos existentes nas sociedades: os discursos ``que se dizem`` ao correr dos dias e das relações,

*``Discursos que se esquecem no próprio acto que lhes deu origem``; e os ``discursos que estão na origem de um certo número de novos actos de fala, actos que os retomam, os transformam ou falam deles, numa palavra, os discursos que, indefinidamente e para além da sua formulação, são ditos, ficam ditos, e estão ainda por dizer.`` (Barros, p.7)*

Para este autor encontramos aqui por exemplo, os textos religiosos ou jurídicos, literários e em certa medida os textos científicos. Neste estudo será privilegiada esta segunda acepção do discurso, uma vez que nos vai permitir analisar o conteúdo temático das várias publicações científicas do CEA como forma de apreender os condicionamentos que a ideologia marxista-leninista da Frelimo impôs.

De acordo com Foucault, *``o conhecimento científico estaria primariamente estruturado pelos limites do que é possível dizer, em um dado ponto histórico, a respeito de um sistema particular de discurso.... O conhecimento científico repousaria sobre um suporte institucional, sendo reforçado e acompanhado por outros estratos e práticas sociais, tais como a política, pedagogia, o sistema de comunicação do conhecimento, incluindo as instituições de produção do saber, sistemas de editoração``* (Alvarenga s/data p15).

A partir desta concepção, torna-se deste modo importante afirmar, em que contexto o CEA surgiu, sob que princípios e objectivos, para tentar perceber a funcionalidade desta instituição na ideologia Frelimista.

O facto de ser o discurso científico preciso e previamente definido leva ainda Foucault a ressaltar que essa precisão representaria um mecanismo de controle, afirmando que *``em cada sociedade a produção do discurso é controlada, seleccionada, organizada e redistribuída de acordo com certos procedimentos``* (Foucault *apud* Alvarenga, s/data 1992, p.7). É preciso ter em conta que este autor não está interessado em encontrar a *verdade total* dos enunciados dos discursos, *`` a verdade é simplesmente aquilo que é tido por verdadeiro dentro de um dado discurso``* (Skinner, 1992:93).

Em suma, a perspectiva teórica de Michel Foucault, que concebe o binómio saber/poder como algo intrínseco nas relações sociais e na própria sociedade, torna-se pertinente para este trabalho, na medida em que vai permitir compreender melhor a importância do saber, produzido pelo CEA, na manutenção e legitimação de uma ideologia e no aprofundamento e ampliação do poder político na sociedade moçambicana. Uma vez que para este autor, o saber é algo que transcende os limites de uma disciplina científica, e da própria ciência; esta visão permitirá englobar na nossa análise, tanto os textos científicos, como também os documentos políticos, reflexões, textos literários etc. Por outro lado, com esta referência teórica, poderemos situar a produção do CEA dentro de um contexto social mais amplo, uma vez que Foucault defende uma abordagem estrutural da realidade, por exemplo, explicar o fenómeno da produção científica do CEA não como uma unidade isolada, auto-suficiente, mas como parte de uma estrutura mais larga determinada pela ideologia marxista-leninista do partido Frelimo. Ao utilizarmos estes dois autores, pretendemos aliar a ideia da determinação social do conhecimento arreigada na ideia da ideologia de um grupo dominante, com a ideia de Foucault de que o saber produz poder.

#### 4. RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO CEA

Neste capítulo procuraremos desenhar o perfil histórico do CEA abordando deste modo, o seu surgimento, a sua orientação ideológica e teórica, os tipos de trabalho que se produziu e as pessoas que integraram a prática investigativa e de difusão científica, focalizando na sua orientação teórica e ideológica. Pretendemos com este exercício trazer elementos que nos possam permitir ter uma ideia mais coerente do seu papel para o desenvolvimento da prática investigativa, como não podia deixar de ser também, o seu papel na manutenção e legitimação de uma visão de mundo dominante. Acreditamos por outro lado, que esta reconstituição histórica possa ser um ponto de partida para trabalhos mais aprofundados sobre a sua História, pois que pouco material bibliográfico existe sobre este tema.

É de referir, que ainda neste capítulo, falaremos dos projectos que o centro levou a cabo, dando maior enfoque, ao seu ``Curso de Desenvolvimento``. Sobre estes cursos iremos analisar os objectivos a que se propunha alcançar, o significado que teve para o Centro como também para o poder político.

Estava-se num contexto histórico do pós-independência, quando se funda a Universidade Eduardo Mondlane (ex- Universidade de Lourenço Marques) mais concretamente em 1976, tendo sido nomeado Fernando Ganhão para o cargo de Reitor. Nesta fase o país ressentia-se da falta de professores e investigadores no campo científico. Sobre esta situação já Zucula afirmara, que ``com a independência de Moçambique em 1975, a maioria dos cientistas e docentes em exercício no país (que eram maioritariamente portugueses), deixaram Moçambique e as condições de desenvolvimento científico e técnico foram drasticamente reduzidas``(Zucula, s/data pag.6).

Porém é nesta fase que se coloca vigorosamente o papel das ciências sociais para a reconstrução histórica. Na perspectiva da classe dirigente da Frelimo, teriam que dar aos moçambicanos uma ideia clara da sua própria identidade, cultura e história. Parafraseando Fernando Ganhão, a missão dos cientistas sociais moçambicanos era endereçada para o sustento e a colaboração na difusão dos princípios socialistas o que pressupunha a produção de intelectuais que estivessem decididos a engajar-se no processo prático de transformação social. No caso de Moçambique, capazes de construir e consolidar, em aliança com outras classes e grupos, as bases duma sociedade socialista``.<sup>6</sup>

É então a partir do Instituto de Investigação Científica de Moçambique que realizava pesquisa na ares de Geologia, Arqueologia, Etnologia desde finais dos anos 40/50, e que estava directamente subordinada ao reitor da universidade que se decide criar um centro que se ocupasse da problemática das ciências sociais e humanas.<sup>7</sup>

É assim que em 1976 se constitui o Centro de Estudos Africanos, onde Fernando Ganhão que também era docente no bacharelato de História, recruta os seus estudantes para formar a equipa de investigadores do centro. Dentre estes, encontrávamos nomes como Luís de Brito, Ana Loforte, Salomão Mungumbe, João Morais, Teresa Cruz e Silva como também a Investigadora Amélia Muge. Segundo Ganhão, a ideia era de se criar um centro que se debruçasse sobre questões das ciências sociais. Tendo sido designado por Centro de Estudos Africanos em

<sup>6</sup> Ver, Estudos Moçambicanos ..4, 1983, ``Problemas e prioridades na formação em Ciências Sociais`` pag.12

<sup>7</sup> Entrevista com Luís de Brito, 5/3/2003

homenagem ao seu homónimo criado nos anos 40/50 em Portugal, por Amilcar Cabral, Marcelino dos Santos, Noémia de Sousa, dentre outros (Entrevista, 11/03/03).

O centro estava estruturado em várias secções: tínhamos a secção da História colonial, a secção da África Austral e contemporânea, a secção da História do século XIX colonial Moçambique, secção de Arqueologia etc. E é a volta da secção da África austral contemporânea que se começa com a produção científica, tendo como primeiro projecto colectivo o estudo sobre a Rodésia em 1976. Seguiram-se outros como o projecto de investigação sobre o desemprego, o projecto do vale do limpopo, sobre o algodão, porto de Maputo etc. Mais tarde surge a ideia de ter uma única equipa integrada, para projectos únicos e colectivos, fazendo deste modo, com que algumas secções desinterrassem, dando lugar a um único corpo investigativo.

O Centro teve como primeiro director o jornalista e intelectual *engagé*, Aquino de Bragança. Este autor teve um papel preponderante na definição intelectual do projecto da Frelimo. E não é por acaso que ele foi o primeiro director deste centro. Aquino conseguiu impôr-se como uma espécie de historiador oficial da linha revolucionária da Frelimo. Pelas suas ideias ele incorporava o ideal dum intelectual revolucionário e, por causa disso, ele era a pessoa mais do que indicada para incutir à produção científica nacional o maior sentido revolucionário necessário à reprodução e legitimação da visão do mundo dominante.

Em relação à sua pessoa, Elísio Macamo, sociólogo moçambicano, afirma : `` Aquino de Bragança foi mais do que um jornalista. Ele não foi somente o cronista da epopeia da Frelimo. Ele destacou-se pela forma como usou a sua pena para procurar um sentido mais profundo do processo histórico, sintetizando-o, sistematizando-o e procurando torná-lo mais coerente. ``<sup>8</sup>

O centro tomou outra dinâmica com a colaboração da socióloga sul-africana e activista anti-*apartheid* Ruth First que se encontrava em Moçambique, para dirigir o estudo sobre os mineiros moçambicanos na África do Sul. É deste modo convidada por Aquino de Bragança a trabalhar no CEA, deixando definitivamente a Universidade de Durhan, na Inglaterra em 1977, onde cursava sociologia, tornando-se mais tarde, directora de investigação no centro. Segundo as



palavras de Luis de Brito, *chercheur autant que militante, elle etait l'âme du Centre d'études Africaines* (Brito, 1991:72).

Com Aquino de Bragança e Ruth First, o CEA desenvolveu um amplo trabalho de pesquisa nacional e regional, de docência (através dos "Cursos de Desenvolvimento"), de formação e de divulgação editorial (com a revista *Estudos Moçambicanos*), tornando-se uma unidade científica nacional e internacionalmente conhecida. Como directora científica, ela organizou na prática do CEA, uma concepção original do ensino revolucionário como ele própria dizia "ensinar aos quadros moçambicanos investigação investigando" (E. M n.14, 1996, p.115).

O papel de Ruth First no CEA não se pode dissociar do "Curso de Desenvolvimento" que concebera, destinado aos quadros moçambicanos pertencentes a várias sensibilidades desde os ministérios até as instituições académicas.\* Por essa razão, é que o curso era em tempo parcial, "de forma a assegurar aos estudantes seleccionados pelos ministérios e outras estruturas, poderem continuar com as suas actividades profissionais e manterem-se ligados aos seus locais de trabalho" (Texto do CEA sem referência, p.5).

Poderemos enumerar três objectivos a que se propunha este curso: primeiro formar e preparar os estudantes para o estudo e análise da realidade sócio-económica de Moçambique no contexto da África Austral; segundo, permitir aos estudantes uma melhor e mais profunda ligação da teoria à prática; terceiro e último, permitir um reforço da relação existente entre as actividades da Universidade e as necessidades das estruturas do partido e do governo.<sup>9</sup>

Neste âmbito, Os estudantes tinham a oportunidade de fazer investigação no campo, aproximadamente de um mês e geralmente organizados em brigadas de professores e alunos. Tinham por outro lado, a particularidade de serem de diferentes proveniências profissionais e académicas. É de realçar, que nestes cursos não havia lugar para fronteiras disciplinares, incluía estudantes e professores de disciplinas distintas como História, Economia, Agronomia etc. O que se pretendia de uma forma global era que depois desta formação, os cursantes pudessem trabalhar

---

<sup>8</sup> " O Marxismo de Aquino - Da sistematização dum possível História, p.1/2, 11pgs.

\* Estava inicialmente delineado para ser um curso de Licenciatura em Estudos de Desenvolvimento para os estudantes do Bacharelato de História da UEM (Entrevista com Luis de Brito, 5/3/03.

<sup>9</sup> Texto sem referência elaborado pelo CEA.

em problemas relacionados com o desenvolvimento social e económico de Moçambique, como também em adquirirem capacidades de organizarem projectos de investigação, com maior ênfase para as questões de produção. Ainda na mesma senda o CEA afirma que este curso visava "em cooperação com a estrutura do poder, divulgar os resultados da investigação de modo a permitir uma consciência política sobre a realidade social moçambicana, bem como das perspectivas de desenvolvimento durante a transição para o socialismo" (texto sobre o Curso de Desenvolvimento do CEA, fonte sem referência, p.2).

O curso como não podia deixar de ser, fora desenvolvido dentro de uma perspectiva de análise marxista, que pressupunha uma concepção materialista da sociedade. Como se sabe, a vocação das ciências sociais proposta na altura era de servir como um instrumento de mudança das condições sociais, aliando a teórica à prática e procurando encetar uma análise integrada da sociedade. Assim, o ensino e a formação dos estudantes realizar-se-ia através da execução dos próprios projectos de investigação e estes seriam a base para a teorização dos problemas gerais do desenvolvimento do país. (Ibidem. p.2)

Estávamos em presença daquilo a que Fernando Ganhão evocou como a ciência do marxismo ( E.M n.3p.11), que postulava "o estudo da interacção de forças complexas, interiores e exteriores a uma determinada sociedade, dos processos de formação de classes, interpretados não de uma forma reducionista e economicista, mas na sua representação completa como formas políticas e de consciência" (Ibidem. p.11). Pressupunha-se assim, uma ideia de ciência que integrasse aspectos da economia, com o social e o político, tendo deste modo uma visão de conjunto dos problemas a abordar, sempre na perspectiva de mudar as condições sociais. Podemos a partir desta concepção de ciência, fazer uma analogia com o modelo político de sociedade da Frelimo, que advogava que:

*"O poder não se fragmenta. O poder não é constituído por grãos de areia, arbitrariamente separados(...) quer isto dizer que se um problema é apresentado a um responsável, ele não pode ser indiferente a resolução desse problema, mesmo quando o problema não se enquadre na sua competência específica. Tal qual a ideia de ciência. Para o poder, "a resolução dos problemas não é parcial. O responsável tem que possuir uma visão de*

*conjunto. Antes de dizer que ele é director nacional da energia ou da educação, ele é director nacional.*<sup>10</sup>

É de referir que neste curso ``a selecção das áreas de investigação obedecia as prioridades da planificação do desenvolvimento moçambicano definida pelo partido Frelimo`` (fonte sem referência). Este curso tinha como cadeiras de estudo, a economia política onde por exemplo se leccionava temas como o carácter do capitalismo colonial em Moçambique, as origens do nacionalismo moçambicano, a luta armada e a luta de classes etc. Havia também cadeiras como a Economia Mundial, a África Austral, classe e estado em África, a transição para o socialismo etc. Por outro lado, o curso se estruturava em diferentes projectos de investigação que pressupunha métodos colectivos de trabalho. Existiam projectos ligados a formas de análise e planificação regional, projecto de investigação sobre a actuação do Estado ao nível do distrito, projectos sobre relações económicas na África austral etc. Os projectos de investigação se realizavam nos meses de Julho e Agosto, sendo que o curso tinha uma duração de 36 semanas (fonte sem referência).

Neste espírito de aliar teoria à prática, a Universidade Eduardo Mondlane em coordenação com o CEA organizaram aquilo a que ficou chamado como as ``actividades de julho`` que consistia numa jornada nacional de produção, que fazendo parte do *curriculum* dos estudantes do ensino superior, tinha em vista proporcionar-lhes o conhecimento íntimo das realidades e necessidades em relação aos diversos tipos de trabalho prático. Esta actividade pretendia que os estudantes e trabalhadores da Universidade, adquirissem um melhor conhecimento da realidade do país e dos problemas que se levantavam nessa fase de reconstrução nacional. Outra finalidade deste projecto era a ``dinamização da luta dos estudantes e professores contra o individualismo e o elitismo em que assentava todo o antigo esquema universitário como também, contra o falso conceito de `especialidade` decorrente daquele, e em desacordo com os princípios, que orientam a vida do país (Jornal Noticias 2/6/76 p.3).

---

<sup>10</sup> Discurso de Samora Machel *in* *Façamos* da década de 1980-1990 a década da vitória sobre o subdesenvolvimento, colecção Palavras de Ordem, n.15 ed. Partido Frelimo, p.15/16.

Havia na altura, a preocupação que a formação do pessoal pudesse, "colocar a Universidade e conseqüentemente o CEA, ao serviço das estruturas do partido e do governo; segundo, treinar quadros seleccionados por aquelas estruturas, para trabalharem em problemas relacionados com o desenvolvimento social e económico de Moçambique e terceiro, em cooperar com as estruturas, divulgar os resultados da investigação de modo a permitir uma consciência política sobre a realidade social moçambicana, bem como das perspectivas de desenvolvimento durante a transição para o socialismo."<sup>11</sup>

O Centro possui por outro lado, a parte ligada às publicações científicas como forma de divulgação dos resultados das suas pesquisas. Existe a referência primeira das publicações que é a revista *Estudos Moçambicanos*, publicada duas vezes por ano. A revista *Estudos Moçambicanos*, cujo primeiro número só viria a ser editado em 1980, constituiu um instrumento importante para a divulgação e disseminação de conhecimento científico<sup>12</sup> sobre a realidade moçambicana, incidindo mais particularmente nos aspectos ligados à fase de transição socialista.

Segundo os seus autores, através deste instrumento se procurava analisar e interpretar o impacto do colonial capitalismo português em Moçambique enquanto sistema histórico, bem como a análise de um Moçambique independente, inserido na região austral de África. Esta, "incluía artigos e documentos com bases em estudos inéditos escritos em e sobre Moçambique, da autoria de estudiosos e investigadores que tenham realizado trabalhos de investigação no País, que tenham tido acesso a arquivos de material sobre Moçambique, ou que se encontrem a estudar aspectos da sociedade moçambicana no contexto regional da África Austral."<sup>13</sup>

A revista utiliza por sua vez, um método interdisciplinar, tentando efectuar uma análise integrada da sociedade moçambicana. Os seus investigadores assumem como principio, "a rejeição da divisão de trabalho na produção do conhecimento característico da burguesia, e o departamentalismo e carreirismo académico, bem como o isolamento profissional que aquela divisão de trabalho gera."<sup>14</sup>

<sup>11</sup> Texto sem referencia elaborado pelo CEA, sobre o Curso de Desenvolvimento, p.2

<sup>12</sup> Segundo Barros (ver bibliografia), Disseminação consiste na divulgação de resultados de pesquisa preferencialmente entre especialistas de um campo de conhecimento (intra e extrapares), a segunda consiste na divulgação para um público de não produtores de conhecimento científico, o chamado público leigo. p.12

<sup>13</sup> Ver Editorial do Estudos Moçambicanos n.1, 1980, p.2.

<sup>14</sup> Idem.

Nota-se a preocupação em seguir uma linha marxista na prática científica dos membros do CEA, onde estes assumem a defesa de uma análise integrando os aspectos económicos políticos, sociais, culturais num mesmo enfoque teórico. Segundo o editorial que inaugura a revista, *“(...) não se pode separar a economia da política; rejeitamos veementemente a noção da economia ‘pura’ ou técnica, concebendo-a antes como uma economia política em que a esfera política - as condições em que se desenrola a luta de classes e o papel do Estado - é uma componente que faz sempre parte da análise”* (E.M, n.1 1980:3).

*Estudos Moçambicanos*, através dos seus investigadores, que incluía, Sociólogos, Historiadores, Antropólogos, Cientistas Políticos e até não académicos, abordava temas sobre por exemplo, o capitalismo colonial e seus efeitos na economia moçambicana, a problemática da África Austral e as suas dinâmicas de integração regional; o trabalho migratório, a questão agrária e socialização do campo, aspectos estes ligados ao modelo de desenvolvimento proposto pelo poder político. Estes estudos eram efectuados, segundo os investigadores do CEA, *“através do método da economia política aplicada não só às condições específicas do Moçambique de hoje, como às de uma sociedade surgida das lutas do passado”*<sup>15</sup>. Este método de investigação significava que ao se estudar a realidade moçambicana tinha que se dar uma visão do todo, aliando ao mesmo tempo os aspectos económicos com os sociais e políticos, como forma de se ter um tipo de conhecimento que pudesse mudar as condições sociais. Era em suma, uma espécie de reflexão global com grande peso para a produção e distribuição de riqueza.

Ruth First, a então directora científica do centro, afirma no editorial do primeiro número que *uma análise materialista assenta afinal, numa insistência de que é artificial e arbitraria a separação entre os aspectos económicos, políticos, sociais e culturais de um mesmo todo. Não se pode separar o económico do político; rejeitamos veemente a noção de economia ‘pura’ ou técnica, concebendo-a antes como uma economia política e que a esfera política - as condições em que se desenrola a luta de classes e o papel do Estado - é uma componente que faz sempre parte da análise”*. Esta revista procurava ser o reflexo da visão de mundo do partido no poder, a Frelimo, servindo deste modo como um veículo de difusão e disseminação dos princípios e ideais do *marxismo-leninismo* e da *economia política*.

O centro editou também, um boletim informativo pertencente concretamente a ``Oficina de História``, uma secção criada por Aquino de Bragança, composta por investigadores como Isabel Casimiro, Yussuf Aadam e Ana Maria Gentil. O boletim chamava-se *Não Vamos Esquecer*, tendo tido unicamente quatro edições. Esta publicação com uma vocação para a análise histórica, publicou no seu primeiro número, artigos sobre a luta de libertação nacional de Moçambique, pois que os seus editores defendiam o princípio de que ``a História de Moçambique era a História da luta armada`` (*Não vamos esquecer*, ed.1 ano 1 Fev. 1983, pag. 1).

O segundo e terceiro número tenta já alargar o campo de análise para outras abordagens, privilegiando deste modo, o estudo da classe trabalhadora, a companhia de cimentos, o papel da classe operária, a luta de libertação bem como, o enfoque no trabalho forçado no norte do país. A última edição de Julho de 1987, dedica especial atenção ao estudo da produção durante o tempo da luta armada, abordando temas como ``para uma história da luta armada``, ``resenha histórica sobre as zonas libertadas`` e a produção nas zonas libertadas.``

Desde a sua fundação que o CEA se compõe de membros efectivos, associados e de colaboradores. Este, caracterizou-se por ter também um *staff* de investigadores heterogéneo, tanto em termos de nacionalidades, como também em termos de disciplinas científicas. Na arena nacional pode-se destacar como os primeiros investigadores do Centro: Carlos Serra, Alexandrino José, Miguel da Cruz, que eram apoiados por investigadores estrangeiros representados em maior número no CEA. Estes, tinham formação académica em áreas de História, Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas. Pode-se referir nomes como, Ana Maria Gentil de nacionalidade italiana, Alpheus Manghezi e Robert Davies, ambos sul africanos, Colin Darch, documentalista e de nacionalidade britânica, dentre outros.

Apesar da sua heterogeneidade o corpo de investigadores que compunham o CEA, era basicamente de orientação marxista, ``liam intensamente Marx e Economia Política, Lenine e a sua via da transformação do campo, mas não se pode dizer que eram seguidores de um marxismo ortodoxo`` (Entrevista a Carlos Serra, 7/3/3).

---

<sup>15</sup> Editorial, Estudos Moçambicanos, n.1 1980, p.3

## 5. A ARTICULAÇÃO ENTRE SABER /PODER NO PÓS -INDEPENDÊNCIA

### 5.1. A Frelimo no Poder: Construção e legitimação de uma visão de mundo

Nesta secção procuraremos discutir primeiro a questão da emergência e manutenção de uma ideologia por parte de um determinado grupo social, neste caso a Frelimo. Iremos na mesma senda, falar sobre a composição social e as suas condições existenciais. Em seguida referiremos aos mecanismos de controle e de legitimação dessa visão de mundo, olhando também para a sua concepção de ciência e como se articulava com as dinâmicas de produção científica do CEA.

Recuando no tempo poderemos afirmar que a Frelimo surgiu num contexto de luta para a libertação Moçambicana do poder colonial. O seu discurso segundo Luis de Brito *presentant cette organization comme etant le fruit de la fusion des trois mouvements qui l'avoient precede* (Brito, 1991:70). Onde a sua base social era a população rural, constituída maioritariamente por camponeses. Em relação a esta questão da composição oficial da Frelimo, afirma de Brito que

*''Le Frelimo inaugura une dynamique nouvelle, force sur la mobilisation de gens venus de l'interieur du Mozambique. Ces nouveaux arrivants etaient surtout des jeunes, et ils etaient plus motives et disponibles pour le combat anti-colonial que la grande maorité des emigres.* (Brito, 1991:71).

Este grupo constituía assim, a base essencial da Frelimo, e a força real que poderia levar a cabo o seu programa político de luta armada. Na mesma senda encontramos um outro grupo social, minoritário, e que constituía a elite dirigente, que vinha do meio urbano, e eram considerados segundo de Brito de "assimilados". Estes eram basicamente, funcionários públicos, enfermeiros encarados por de Brito como *''les futurs cadres dirigeants du mouvement''* (Brito, 1991:71).

Após a independência nacional, mais concretamente em fevereiro de 1977 o movimento de libertação (Frelimo), no seu terceiro congresso (o primeiro depois da independência), transforma-se em partido político. A classe dirigente nomeia o marxismo-leninismo, como a base ideológica e teórica para a construção de uma sociedade socialista ( Frelimo, 1977:3 et Mosca 1999:82

O modelo de governação da Frelimo, baseava-se num sistema político monopartidário, onde pressupunha um papel centralizador em todas as esferas da sociedade. O estabelecimento de um estado de operários e camponeses com formas democráticas de poder popular. A prioridade no sector da agricultura, a mobilização política e o controlo ideológico aplicados por burocracias centralistas e autoritárias, e por fim, o apoio externo dos países socialistas incentivada pela perspectiva das possibilidades de extensão do socialismo aos restantes países da África Austral (Mosca, 1999: 84).

Segundo esta classe política, para ser um verdadeiro destacamento de vanguarda das classes trabalhadoras, o partido tinha que estar apetrechado com uma teoria revolucionária que permitia aos seus membros o conhecimento exacto das leis do desenvolvimento social, das leis da revolução. Reafirmavam ainda que, sem essa base ideológica e teórica, o partido não estava em condições de dirigir a luta das massas trabalhadoras, de as conduzir. Essa base ideológica, e teórica segundo estes, era o marxismo leninismo ou socialismo científico. Sublinhavam ainda, que o marxismo leninismo constituía a síntese teórica das ricas experiências das classes e dos povos oprimidos de todo o mundo, na luta secular contra os exploradores, pela instauração do novo poder. O partido aplicara sempre os princípios universais do marxismo leninismo, tendo em conta as condições concretas em que se desenvolve a luta de classes no nosso país.<sup>16</sup>

Poderemos afirmar assim, que o modelo socialista de sociedade anteriormente descrito, foi a forma que a classe dirigente encontrou para explicar, interpretar e reproduzir o mundo social, de maneira a tornar a sua justificação e interesses plausíveis.

Como se sabe na óptica de Karl Mannheim, a ideologia tanto justifica o que é feito pelo grupo como interpreta a realidade social de maneira a tornar a justificação plausível. Deste modo, para que esse projecto se concretizasse era preciso também a participação de toda a colectividade. O poder político criou mecanismos de controle de todas as manifestações sociais, traçava as linhas orientadoras para todo o tipo de actividade realizada no país, do papel da ciências e das suas instituições produtoras de saber.

---

<sup>16</sup> Ver Suplemento do Relatório do Comité Central da Frelimo ao III Congresso, 3/2/77.



Era através da ideologia marxista leninista, que o poder político pretendia construir e legitimar a sua visão de mundo, como o meio para a construção de um Moçambique socialista, encarada aqui como uma ``sociedade baseada na justiça social, sem exploração do homem pelo homem, sem diferenças sociais, em ultima análise uma sociedade onde todos trabalham para o benefício mútuo, sem dependerem de um `patrão` ou dono de fabrica``<sup>17</sup>

O modelo de sociedade defendido pela Frelimo, consistia por exemplo, na construção da nação moçambicana, que pressupunha, a criação do ``homem novo;`` bem como no projecto da socialização do campo. Este modelo implicava o estabelecimento de uma prática discursiva que legitimasse a visão de mundo dominante. O poder político deste modo, não vai deixar de apelar também aos cientistas do campo das ciências sociais, para se engajarem na construção de uma unidade simbólica para o país. Esta unidade tinha como fundamento a instituição, como se sabe, de uma nação socialista.

O discurso sobre a unidade nacional manifestava por exemplo, o desejo de ``matar a tribo para construir a nação``, o que significava expurgar as diferenças étnicas, homogeneizar práticas, costumes e representações culturais. Aquilo a que o sociólogo Carlos Serra se referiu como a ``aspiração des-etnicizante freliminiana`` (Serra, 1997:172).

Verifica-se nesta fase, uma certa hostilidade dos ``actores hegemónicos`` em relação ao saber disciplinar da Antropologia, pois que este era encarado como uma prática discursiva herdada do colonialismo português assim como ``pelo facto de o seu objecto de estudo vincar aspectos de diferenciação cultural era percebida como uma ameaça (Taela, 2001: 37),

Por outro lado, o discurso sobre a questão agrária e socialização rural, implicava a edificação das aldeias comunais no campo, que deveriam assentar na produção colectiva, isto é, nas cooperativas e empresas estatais. Havia um *slogan* na época que dizia ``*vamos urbanizar o campo.*`` As aldeias comunais eram consideradas como ``a base ideológica e material para a conquista da independência económica.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Jornal Notícias ,20/1/76 p.2

<sup>18</sup> Discurso de Aurélio Manave, gov. Niassa, in Jornal Notícias 12/11/76 p.2

O CEA não ficou alheio a esta pretensão do poder, os seus investigadores se debruçaram em suas análises sobre este tema, tendo inclusive dedicado um número de sua revista, a legitimação científica do projecto de sociedade preconizado pela Frelimo. Os seus discursos enfatizavam a necessidade de constituir uma profunda ruptura com o modelo de desenvolvimento capitalista e com as estruturas sócio-económicas herdadas do colonialismo.

É pela pena de Aquino de Bragança e Ruth First, no editorial desta revista que, os cientistas advertem para o facto de a socialização do campo constituir uma prioridade do plano prospectivo indicativo do governo, reafirmando que a questão agrária ``levanta inquietações que são fulcrais, não só para o processo de transformação da agricultura, como para a transformação socialista e particularmente o processo de acumulação social`` (EM 1981 n.3 pag2).

Sobre esta questão da subordinação da prática científica as directrizes do poder político, especificamente na delimitação dos objectos de pesquisa, Conceição Osório afirma que `` *Après l'indépendance, l'objectif de la recherche a été: d'une part, de construire une histoire nationale à travers l'élimination des particularismes régionaux, et d'autre part de légitimer les stratégies politiques* (Osório, 1988:11).

O CEA não era visto como uma entidade autónoma que pensa e produz por si mesma de acordo com uma dinâmica interna própria. Esta estava condicionada pela própria visão que o poder político tinha do papel das ciências sociais e em particular da sua missão para o desenvolvimento do país.

No editorial do terceiro número, o CEA salienta que ``a política de desenvolvimento de Moçambique, é elaborada pelas estruturas do partido e do Estado, é uma revista teórica como *Estudos Moçambicanos*, ou como o organismo que a patrocina o CEA, não podem fazer mais do que compreender e interpretar`` (E. M, 1981:8). Demonstrando a nosso ver, o poder que o Estado teve no sentido de conduzir a actividade científica no país. Um poder político que só permitia formas de conhecimento que melhor justificassem a sua visão de mundo.

Neste sentido, Fernando Ganhão frisa que a missão dos cientistas sociais moçambicanos sempre tenha sido endereçada para o sustento e a colaboração à difusão dos princípios socialistas<sup>19</sup>

Ao abordarmos especificamente a visão da Frelimo sobre a ciência, não podemos deixar de a contextualizar numa dimensão mais geral, quer dizer, no panorama da ciência sociais em África. Podemos resgatar a leitura que Boubacar Ly fez em relação à posição das ciências sociais no contexto africano, pós-colonialista. Segundo este autor, um dos grandes problemas que se apresenta na pesquisa em ciências sociais, é a ``omnisciência do Estado pós-colonial, o qual tendeu a confundir saber político e saber-científico através de entre outras, de um triplo processo: primeiro, o reconhecimento (quase) exclusivo de uma instância cognitiva superior totalizada no discurso político e totalizante dos discurso sociais comuns; segundo, a rejeição do poder do saber e a hipervalorização do saber do poder e, por último, o fascínio por parte das elites dirigentes, pelas teorias e tecnologias estrangeiras, as quais pela sua desarticulação com os processos produtivos internos, pouco ou nada exigem da investigação local.'' (Ly, 1989:92)

Aboubacar Ly, refere-se também à pretensão dos estados pós-colonialistas em ``assumir o papel de instância cognitiva superior'', uma espécie de estado teológico (Ly, 1989:92). Diz ele que é um ``Estado que não se preocupa unicamente com as práticas referentes a distribuição do poder e da influência, as relações sociais, aos arranjos económicos e aos processos políticos. Ele é também um Estado que aspira explicitamente definir, para os agentes sociais, a maneira como se devem ver a si próprios, interpretar-se e interpretar o mundo ( Ibidem, pag.92).

Na mesma senda teremos que concordar com Carlos Serra parafraseando Marx, que ao analisar a implicação do estado na produção do conhecimento (Serra,1997:33), afere que os cientistas sociais africanos são livres de fazerem a sua própria história, mas muitos deles não a fazem arbitrariamente, nas condições por eles escolhidas, senão nas condições directamente determinadas pelas elites dirigentes dos seus países.

O caso moçambicano não fica distante deste cenário desenhado por estes dois autores. Com a ascensão da Frelimo ao poder, a ciência teve uma função muito particular. Não tanto

---

<sup>19</sup> Ganhão, Fernando. `` Problemas e prioridades na formação em Ciências Sociais E.M n.4 1983 p.7

como um campo autónomo dos outros, mas como um instrumento de reprodução e legitimação da ideologia do grupo dominante e das estratégias políticas. "Era preciso que as ciências sociais estudassem temas importantes para a construção de uma sociedade socialista, que tinha como referência a classe camponesa, tornando-se necessárias análises das condições de vida das populações, das novas formas de organização da produção, o estudo das aldeias comunais, entre outros temas (Taela, 2001:38).

O marxismo-leninismo fora escolhido como "o instrumento científico das massas dirigidas por um partido de vanguarda". Segundo Fernando Ganhão, a ciência do marxismo postulava a unidade da teoria e da prática.<sup>20</sup> Como também, o estudo da interacção de forças complexas interiores e exteriores a uma determinada sociedade, dos processos de formação e luta de classes. No caso do cientista social, deve eliminar-se qualquer distinção que se pretenda estabelecer entre o que se define como ciências sociais, por um lado, e o marxismo por outro. Nas condições da nossa Universidade em Moçambique, esses não podem ser dois aspectos separados da teoria; devem ser, antes, *fac-símiles* um do outro.<sup>21</sup>

A ciência para a Frelimo era concebida como parte de um sistema centralizado, com tarefas que deviam integrar-se numa estratégia global. O livro, o relatório, etc., não eram considerados diferentemente do posto de saúde, da empresa, do ministério etc. O cientista era também um mobilizador, um activista, ou um planificador. (ver, Discurso do Presidente Samora Machel, 1/8/79, pag.8/9).

Tinham uma visão unitária e pragmática de ciência, no sentido de privilegiar a característica de transformação das condições sociais. A classe dirigente alertava de que "devemos estar atentos à divisão burguesa do trabalho na produção de conhecimentos, que leva não só a um departamentalismo académico como também a um estudo da sociedade e dos seus processos, como sendo processos isolados, e não orgânicos" (Ibidem. p. 9/10).

Como se pode depreender, a ciência era responsabilizada pela resolução de problemas práticos da sociedade. Dizia-se na altura: "a realidade é também estudada em relatórios e em

<sup>20</sup> Ganhão, Fernando. " Problemas e prioridades na formação em Ciências Sociais E.M n.4 1983 p.11

documentos. Mas não basta. É necessário um combate permanente contra dois perigos. Um é o de ficar no relatório e no documento e cair no burocratismo. O outro é o de recusar o seu estudo e cair no empirismo, na falta de análise científica.<sup>22</sup>

É assim, que naquela situação histórica a questão da dependência em relação a economia sul africana exigia uma maior entrega dos cientistas, uma vez que o fluxo migratório constituía uma "ameaça séria", à manutenção da visão de mundo e ao ideal de reconstrução nacional veiculado pelo grupo dominante. Deste modo requeria a mobilização e actuação dos homens da ciência "revolucionária." Vale a pena transcrever demoradamente o discurso típico da época:

*" Não queremos que a ciência sirva para enriquecer a minoria, oprimir o homem e retirar a iniciativa criadora das massas, fonte inesgotável do progresso colectivo. Cada um de nós deve assumir com o ensino as suas responsabilidades revolucionárias. Conceber o livro, o estudo, como um instrumento ao serviço exclusivo das massas. Ver no estudo uma tarefa revolucionária, que devè ser combinada com as tarefas revolucionárias de produção e combate. Aquele que estudou deve ser o fósforo que vai acender a chama que é o povo. A tarefa principal da educação, no ensino, nos livros de texto e programas é inculcar em cada um de nós a ideologia avançada, científica, objectiva, colectiva, que nos permite progredir no processo revolucionário."*<sup>23</sup>

Iremos de seguida nos debruçar especificamente sobre a questão do trabalho migratório, como forma de melhor concretizar esta articulação entre o político com o conhecimento, percebendo deste modo como o exercício do poder condicionou a produção do conhecimento do CEA, mais particularmente nas escolhas dos temas a investigar.

Relativamente ao fluxo migratório, a posição da Frelimo era claramente contra o fluxo migratório por várias razões: era uma actividade que apoiava o regime sul africano, reforçando deste modo, a dependência de Moçambique e de outros países aliados da África Austral, ao capitalismo sul-africano; tinha por último, um impacto negativo na economia rural, pois que era

---

<sup>21</sup> Idem. p.9

<sup>22</sup> Relatório do Comité Central, 1977, p. 96.

<sup>23</sup> Discurso do presidente Samora Machel, 1970 p.36.

mão de obra necessária para a produção agrícola e industrial do país, "desorganizando" assim a economia e a estrutura social do país.

Na imprensa da época podia-se ler o seguinte: *"a exportação de mão de obra moçambicana para a África do Sul é resultado, em última análise, do nosso subdesenvolvimento e tendera a acabar, à medida que se for acelerando o nosso processo de desenvolvimento de Moçambique."*<sup>24</sup>

Os próprios autores da obra o "Mineiro Moçambicano", afirmaram que "o termo deste escoamento contínuo de homens é um dos elementos necessários para a criação das condições materiais de construção do socialismo (CEA, 1998:3), e que só poderíamos apreender completamente a particularidade do capitalismo sul-africano através da análise do sistema de trabalho migratório, uma vez que ele representava a natureza específica da exploração da força de trabalho neste sistema (CEA, 1998:25)

Na mesma senda o poder político enfatizava a "necessidade urgente de investigar e controlar regularmente o sistema sul-africano, de estudar e prover os desenvolvimentos da sua economia, na medida em que afecta os restantes estados da região."<sup>25</sup>

Contudo, a posição dos investigadores, consistia em analisar esta problemática em todas as suas implicações políticas económicas e sociais. Segundo estes, o trabalho migratório embora fosse um vestígio colonial, não poderia ser combatido apenas no plano ideológico, por um apelo ao engajamento político do trabalhador migrante. Era necessário, afirmavam os investigadores, pôr de parte, definitivamente, a interpretação do sistema migratório como resultante de uma escolha voluntária de um grupo de homens em busca de melhores condições de vida. Teria que se sublinhar a essência do fenómeno: o trabalho migratório integrado num esquema de penetração da economia monetária no período em que as formações sociais moçambicanas se subordinavam aos objectivos da expansão do capitalismo (CEA; 1998:2/3). Seguindo as directrizes do poder

---

<sup>24</sup> Jornal Noticias, 21/5/76 p.3.

<sup>25</sup> "Discurso proferido pelo Reitor da UEM, Fernando Ganhão, na abertura da reunião de especialistas sobre os problemas e prioridades na formação em ciências sociais na África Austral", Maputo, 9-13 de Agosto, 1982.

político, os investigadores asseguram que "um tal processo económico, tão antigo e profundamente enraizado na população só poderá ser desmantelado quando devidamente analisado e assumido em todas as suas implicações" (Ibidem. p.2).

## **5.2 O Mineiro Moçambicano como expressão de uma condição existencial**

Esta secção pretende trazer a obra o *Mineiro Moçambicano* como o elemento empírico que nos permitirá articular a problemática da produção científica e com a manutenção de uma ideologia. Iremos de seguida fazer o resumo da obra articulando sempre com a problemática em estudo. Pretendemos realizar este empreendimento focalizando mais detalhadamente na última parte da obra, intitulada "Conclusões e Comentários" (pag.189 a 200), onde a nosso ver tornar mais nítida os constrangimento ideológicos da produção do conhecimento científico pelo CEA.

É de referir que antes de entrar especificamente nessa análise, procuraremos primeiro, descrever o contexto social e político em que o *Mineiro Moçambicano* nasceu, e por outro lado, faremos um resumo do conteúdo da obra, procurando sempre articular com a problemática do saber/poder.

O projecto sobre a exportação de mão de obra para as minas surgiu numa altura em que o CEA se debruçava prioritariamente sobre a problemática da região austral, as dinâmicas de integração regional e mais particularmente no impacto do capitalismo sul africano. Antes deste projecto já por exemplo haviam sido feitos estudos sobre a questão Rodesiana.

Como se pode deprender, para o poder político o sistema de trabalho migratório era uma preocupação central, principalmente nesse período de transição para o socialismo, que necessitava de um melhor conhecimento das suas dinâmicas e condições sociais, sendo deste modo, necessário o envolvimento do CEA para o melhor explicar.

Podia-se ler na imprensa da época afirmações como a seguinte: "a exportação de mão de obra moçambicana para a África do Sul é resultado, em última análise, do nosso

*subdesenvolvimento e tenderá a acabar, a medida que se for acelerando o nosso processo de desenvolvimento de Moçambique*<sup>26</sup>

A África do Sul era indubitavelmente uma frente de luta, na qual o governo da Frelimo iria, ao lado do ANC e de outras forças *anti-apartheid*, contribuir para a erradicação da discriminação racial e a introdução de uma nova ordem democrática. (CEA, 1998: VIII).

É assim, que a exportação de mão de obra de Moçambique para as minas da África do sul tornara-se num problema estratégico para prática revolucionária do partido Frelimo, no concernente à ideia de reconstrução nacional. Os dirigentes políticos viam neste fluxo migratório, o móbil do subdesenvolvimento de Moçambique e acreditavam que tenderia a dissipar, à medida que se fosse acelerando o processo de desenvolvimento do país.

Portanto, foi neste ambiente político, económico e social que nasceu a obra *o Mineiro Moçambicano*, mais precisamente em Setembro de 1977, pela mão de Ruth First e de uma equipa multidisciplinar ligada ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. O projecto teve a duração de 6 meses, repartidos entre pesquisa de campo e trabalho qualitativo de análise das informações. Foi um trabalho pioneiro na história da produção científica do país.

Primeiro, no tipo de abordagem que se escolheu: pressupondo um modelo teórico marxista de análise de classes, abordar a economia política de Moçambique através da análise do impacto do trabalho migratório na sua economia rural, como também num contexto regional da África Austral.

Para a equipa de trabalho, ``interessava não só estudar o fenómeno do trabalho migratório nas suas vertentes de recrutamento, emprego, condições de trabalho e salários, mas principalmente e de forma quase pioneira em Moçambique, fazer a análise do seu impacto na economia rural de Moçambique, com principal enfoque em alguns distritos da província de Inhambane.`` (CEA, 1998: VIII).

---

<sup>26</sup> Jornal Noticias, 21/5/76 p.3.



Em segundo, pelo número de investigadores e estudiosos, nacionais e estrangeiros que movimentou. Na sua maioria 13 investigadores que se dividiram em trabalhos de campo, elaboração de questionários, entrevistas aos mineiros e seus agregados familiares nas 5 áreas da província de Inhambane, entrevistas aos acampamentos da WENELA e estações de recrutamento em Ressano Garcia, Xai Xai, Alto Maé e Maxixe.

Na obra *O Mineiro Moçambicano* encontramos uma passagem que diz o seguinte: "o propósito deste estudo é reunir e analisar dados sobre a extensão e efeitos do trabalho dos mineiros de maneira a que este sistema possa ser mais eficazmente combatido dentro de uma alternativa socialista" (CEA, 1998:14). É preciso ter em conta que apesar desta motivação político-ideológico para a elaboração do estudo, outros motivos também nortearam a sua produção.

Havia a necessidade de determinar as correlações entre o volume da migração e as condições da produção agrícola. Aqui procurava-se saber; por exemplo, como é que responderiam as comunidades rurais fixadas numa área específica e se numa dada comunidade reagiriam de uma maneira diferente os agregados rurais atendendo a condições diversas. Analisar também, em que medida existia uma diferenciação social ao nível do campesinato e até que ponto a integração, na economia monetária, através do trabalho mineiro e os respectivos salários, explicava e contribuía para essa diferenciação (CEA, 1998: 5).

Em suma, pode-se afirmar que a obra *O Mineiro Moçambicano* é o produto de uma dada situação histórica: a fase de transição para o socialismo e da vulnerabilidade económica de Moçambique em relação ao capitalismo sul-africano. Havia toda uma necessidade de aprofundar o estudo sobre as dinâmicas da integração económica na África Austral, como também o impacto do trabalho mineiro na economia rural do País. Por outro lado, nessa fase "revolucionária" da história de reconstrução nacional, em que o partido Frelimo se preparava para lançar as bases da nova organização social, implicava necessariamente o fim do fluxo migratório.

Entramos de seguida no *Mineiro Moçambicano* vista aqui como o elemento empírico que nos permitirá ilustrar a questão da articulação entre o CEA e o Poder político.

Os investigadores do CEA dividiram a obra em quatro partes. A primeira aborda a questão da exploração de mão de obra; a segunda, a força de trabalho mineira; a terceira analisa a base camponesa e a última, inclui quatro estudos de caso da província de Inhambane.

Notamos logo à partida que os temas dos capítulos reflectem a escolha por parte dos investigadores, de um enfoque teórico marxista, onde o tema da "exploração" e a "força de trabalho" detentora e produtora dos meios de produção é central. Aliás, é deveras elucidativo o facto de o título da versão inglesa conter um conceito marxista central: *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant* (1983) (sublinhado nosso).

No primeiro capítulo, os investigadores traçam a evolução histórica da economia do país, começando deste modo pela época colonial, onde afirmam que Moçambique era basicamente o reservatório de mão de obra para o capital estrangeiro, sustentado por uma economia de serviços. Segundo os autores do livro, esta situação provinha do "capitalismo e colonialismo atrasado" de Portugal, que não transitara de um capital mercantil para o industrial" (Ibidem. p.16).

Através de termos próprios da análise marxista como "acumulação primitiva", "burguesia metropolitana", "formações sociais pré-capitalistas", "nações oprimidas" classe operária", posse de meios de produção" "exploração", etc., os investigadores do CEA descrevem algumas das razões porque o trabalho migratório constituiu a fonte de acumulação de capital. Deduzem a emergência de formas capitalistas de produção em Moçambique através do fluxo migratório, de mão de obra que se transformaria numa classe *sui generis*. de operários-camponeses.<sup>27</sup>

Este é um tema que foi posteriormente discutido por Covane (2001), a partir do *Mineiro Mocambicano*. Este autor defende, que de uma forma geral, todos os migrantes eram primeiro e antes de tudo camponeses, onde a sua base económica e social continuava a ser o campo.

Verificamos, que é no segundo capítulo, onde o CEA enfatiza sobre necessidade de uma análise de classe, pois que o fluxo da força de trabalho para as minas tinha uma característica regular, devido ao facto de o mineiro contratado passar a maior parte da sua vida nas minas. Como também permitiria responder a algumas questões pertinentes, nomeadamente: se "estaria-

<sup>27</sup> Na terminologia marxista utiliza-se a distinção "classe por si, e classe para si".

mos em presença de camponeses, operários ou os elementos seriam ambas as coisas? Como se poderia analisar este caso específico do camponês-proletário, nesta situação sob a condição de trabalhador migrante? Qual era o grau de consciencialização desta classe e, por último, uma pergunta que reflecte nitidamente a cumplicidade com o poder político: "Que lugar ocuparia esta classe de trabalhadores, com considerável vivência da condição proletária, na aliança de luta dos operários e camponeses por um Moçambique transformado?" (CEA, 1998:6).

Em relação a estas inquietações os autores da obra não chegam a abordar em toda a sua complexidade, preocupando-se mais na produção de sugestões e recomendações ao poder político, na formulação das políticas sobre o campesinato e a produção agrícola. É evidente na última parte da obra, o empenho dos investigadores em caucionar cientificamente a visão de mundo da Frelimo em relação à organização colectiva das populações em aldeias comunais, servindo estes, como a "voz" esclarecedora de como se deve pôr em prática as directivas do poder, assim encontramos apelo do estilo: "(...) *a transformação da agricultura terá obviamente lugar através da construção das aldeias comunais. Mas dentro da política de aldeias comunais e de produção colectiva, gostaríamos de chamar à atenção para algumas considerações importantes, baseadas no estudo que realizamos na província de Inhambane(...)* (Ibidem. p.191/192).

Na mesma senda alertam, por exemplo, para se "*preparar directrizes bem explícitas se se quiser conquistar os camponeses médios para a revolução rural*" (CEA, 1998:194). E ainda tranquilizam o poder político e a sua ideologia dominante, garantindo que "de um modo geral há uma enorme confiança na Frelimo" (...) (Ibidem. p.193).

Este constrangimento na relação saber/poder é também notório na abordagem sobre a base camponesa, onde os cientistas ao elaborarem as perguntas de partida tiveram em mente a necessidade de "manter sempre presente questões mais latas que pudessem ser de utilidade para o planeamento no período de transição" (Ibidem. p.5).

O terceiro capítulo incide sobre a análise da base camponesa tentando avaliar o impacto do trabalho mineiro na economia rural. Nesta secção procurou-se saber qual era a extensão do fenómeno migratório nas várias regiões a sul do Save, as pressões e os factores que os

explicavam. Por outro lado, também em compreender em que medida existia uma diferenciação social ao nível do campesinato e até que ponto o processo de integração na economia monetária explicava e contribuía para essa diferenciação.

Particularmente sobre o impacto da penetração da economia monetária no campo, o CEA produziu duas hipóteses: uma partia do princípio de que os salários das minas serviam como meio de compra de bens de consumo, e assim tinham a função exclusiva de reprodução da família. A segunda hipótese, partia do princípio de que os salários das minas não eram usados para necessidade de consumo, mas investidos na agricultura (Ibidem. p.5).

Os autores afirmam que ``desde que a economia rural foi arrastada pelo colonialismo e capitalismo para o mercado nacional e internacional e foi penetrada pela economia monetária, certas diferenças significativas surgiram dentro da sociedade `` (Ibidem. p.119). Defendiam assim, a ideia de que o impacto da economia monetária se reflectiu na diferenciação social do campesinato.

Para uma melhor análise desta problemática, o CEA construiu uma tipologia de classes no seio da sociedade rural, uma vez que havia diversos estratos dentro do campesinato. Teríamos deste modo, uma classe de camponeses ricos, médios e outra de pobres. Segundo os investigadores, ``os camponeses ricos caracterizavam-se essencialmente pela utilização de mão de obra assalariada, embora numa base extremamente limitada e por vezes em tempo parcial. Este grupo era muito reduzido. Os camponeses médios definiam-se pela propriedade e utilização dos instrumentos de produção, especialmente charruas e gado, como também eram proprietários de um número relativamente grande de culturas permanentes. Esta classe era a que dependia menos do trabalho migratório. Por último, os camponeses pobres que só eram ocasionalmente proprietários de instrumentos de produção, sendo a sua base agrícola incerta e instável. Estes, trabalhavam em terras pequenas e muitas vezes de inferior qualidade.`` (CEA, 1998:119).

Encontrávamos por outro lado, aquilo a que os autores designaram de ``burguesia comercial`` que eram os cantineiros, comerciantes e proprietários de transportes, que constituíam contudo uma classe instável (Ibidem. p.121).<sup>28</sup>

É preciso ter em conta, que o CEA estava ciente de que em certas situações uma análise de classes não surtiria efeito e nem mesmo o conceito de ``exploração`` na sua forma mais pura se poderia desenhar. Acontece, que o CEA defendia a ideia de que outrora a sociedade rural se caracterizava pelo modo de produção familiar baseada na pequena produção mercantil e que sofrera ``distorções`` com o colonialismo e o capitalismo, tendo conseqüentemente produzido diferenciações no campesinato e mudanças em toda economia rural. Como explicar essas mudanças? Com base na análise de classes? Ou seria transformação de classes? Estas são as questões que os investigadores se puseram ao longo desta análise. Poderíamos confrontar esta posição do CEA com a de Geffray que critica severamente a prática epistemológica do centro, afirmando que este, em consonância com a Frelimo, fez *tabula rasa* às questões culturais da diferenciação dos camponeses, privilegiando a ideia de uma homogeneização cultural.

O quarto capítulo, com um carácter mais quantitativo, compreende quatro estudos de casos na província de Inhambane, efectuados em Pembe, Maimela, Homóine e Sitila.

Estes estudos de caso, serviram de base empírica para a análise do impacto do trabalho migratório e da economia monetária na sociedade rural. Organizados em brigadas, os investigadores levaram a cabo uma série de trabalhos de campo, como forma de dar um suporte quantitativo à reflexão sobre o trabalho nas minas. O primeiro caso, Pembe, tem a particularidade de ser uma área de grande migração. A brigada de trabalho, através da realização de entrevistas e questionários aos mineiros, procurou avaliar a extensão da migração, bem como avaliar a quantidade e importância do trabalho migratório. Através por exemplo, de cerca de 22 questionários administrados aos mineiros e, por outro lado de ``sondagens irregulares efectuadas em reuniões políticas`` (Ibidem. p.138), os investigadores chegaram, por exemplo à conclusão de que ``os camponeses pobres tem, em média, mais contratos e passam mais tempo nas minas do que os camponeses médios`` (Ibidem. p.139).

---

<sup>28</sup> Covane (2001) dedica atenção especial a este estrato, analisando deste modo, o seu papel na dinamização do fluxo migratório.

O segundo caso de estudo empreendido pelos investigadores foi Maimela, considerada como a mais pobre do círculo do ponto de vista agrícola. A brigada parte para o terreno com duas questões: Terá o trabalho migratório fomentado ou, pelo contrário, impedido o desenvolvimento da agricultura camponesa? A segunda, estará a economia camponesa estruturada de tal maneira que o trabalho nas minas constitui uma necessidade para a maioria da população masculina? Como forma de encontrar resposta a estas questões, os investigadores ``fazem uma análise pormenorizada dos questionários aos agregados familiares de Maimela. Os resultados obtidos remetiam-nos para um natureza histórica, como também de estratégia de sobrevivência. Segundo estes, ``em discussões de grupo nesta área, a opinião expressa por alguns dos presentes foi de que o trabalho nas minas não fora por eles desejado, tendo constituído principalmente uma maneira de evitar o trabalho forçado. (Ibidem. p.143) (...) Se por um lado foi afirmado que o trabalho migratório constitui uma reacção à pressão colonial, é contudo evidente que muitos o consideram uma necessidade. Só uma análise pormenorizada da economia camponesa local pode indicar-nos os `porquês` dessa necessidade`` (Ibidem. p.143).

No caso de Homoine, os investigadores tentam ir de encontro à questão sobre a razão pela qual todos os homens adultos de diferentes estratos do campesinato, são compelidos a cumprir pelo menos 4 ou 6 contratos nas minas (CEA, 1998:148). Este estudo de caso, mostra-nos que apesar das diferenças significativas entre os estratos do campesinato existe algo em comum em todos os camponeses, que é o facto de estes quando jovens trabalharem nas minas da África do Sul. Os investigadores explicam este facto, relacionando com o ``processo de desintegração sofrida pela sociedade tradicional devido a penetração do sistema na economia monetária, em consequência do colonialismo`` (Ibidem. p.149).

Por último, temos Sitila que foi considerada como a mais marcante em termos de influência no trabalho migratório. Foram administrados vários inquéritos agrícolas para avaliar a produção de géneros alimentares. Os investigadores estabeleceram um ``circuito entre a falta de água, o ciclo de produção agrícola e a necessidade de arranjar dinheiro. Segundo eles, ``os homens vão trabalhar nas minas para compensar a insuficiência da produção agrícola, mas também para assegurar uma melhoria de resultados no sector agrícola, para garantir uma produção continua. (Ibidem. p.153) Por fim, ao descreverem as grandes dificuldades climáticas e as limitações agrícolas, os autores pretenderam demonstrar a importância de que se reveste para

estas populações, o trabalho nas minas, onde as próprias populações consideraram o fluxo para as minas como motivo de progresso e a sua paragem como retrocesso.(Ibidem. p.153).

A seguir entraremos particularmente na análise da última parte da obra, pois que a nosso ver, se torna mais visível a cumplicidade entre do discurso científico e o complexo de ideias, atitudes e valores veiculados pela ideologia dominante. Somos de opinião, que é particularmente nesta última parte da obra onde a relação saber/poder manifesta-se com maior visibilidade no interior dos discurso, permitindo-nos deste modo, captar a cumplicidade com o poder político, no que respeita aos resultados do saber, bem como o tipo de ciência proposto na altura.

A obra *O Mineiro Moçambicano*, foi produzida dentro de um conjunto de ideias, conceitos e comportamentos que prevaleceram numa determinada época da história de Moçambique: o período de transição para uma sociedade socialista. Os cientistas que a produziram estavam deste modo dentro de uma cultura predominante, de um *status quo* proposto pelo partido Frelimo.

Pretendemos nesta secção, proceder à análise das visões de mundo, a partir de dois conceitos que atravessam toda a obra : ``aldeias comunais`` e ``operários-camponeses``. A ideia das aldeias comunais é parte integrante da fase de transição socialista, sendo um dos instrumentos do poder político para a organização social da colectividade. O lema da época defendia as ``aldeias comunais como a estratégia nacional de desenvolvimento socialista no campo`` que, segundo o poder político, serviria para aglomerar as populações dispersas, a fim de solucionar problemas de saúde, educação, abastecimento de água e luz, comunicações e outras que podiam beneficiar as populações. Parafraseando Carlos Serra poderemos dizer que a Frelimo tenta aparecer perante as `massas` com uma permanente e possante maquina de produção de legitimidade.

É assim que o CEA e o seu discurso científico sobre as aldeias comunais, trabalharam para essa legitimação, caucionando deste modo, o poder político. ``A transformação da agricultura terá obviamente lugar através da construção das aldeias comunais`` afirmavam os investigadores do CEA. (CEA, 1998:191). Na mesma senda o CEA advertia ao poder político para a necessidade de ponderar certos aspectos, baseados nos estudos que se fizeram na província

de Inhambane, em relação à política de aldeias comunais e produção colectiva. Chamam assim a atenção para o facto de que dentro das aldeias comunais ter que se organizar uma certa divisão do trabalho ou seja, especialização de funções, como por exemplo de artesãos e homens conhecedores do ofício. E ainda afirmam, `` gostaríamos de realçar a importância de se estabelecerem, por exemplo, pequenas oficinas de reparação de maquinaria agrícola. Haveria que abastecê-las de metal para a reparação de charruas usadas, mas poderia constituir uma excelente forma de reintegrar antigos trabalhadores migrantes assalariados``(Ibidem, p.192).

Os investigadores também chamam a atenção ao poder, para a importância da localização das aldeias comunais, uma vez que a maior parte da população vivia dispersa devido a constrangimentos climáticos ou de recursos. Exemplificavam com a área de Sitila onde ``a população vive em agregados dispersos precisamente devido à falta de água.`` (Ibidem. p.192)

Este discurso traduz, por outro lado, a preocupação do CEA em contribuir com o poder para a reconstrução nacional e a conservação da ideologia frelimista. Como também a preocupação do poder político em possuir saber sobre a matéria. Resgatando a visão de Michel Foucault diríamos, que é com estes novos saberes, que se ampliavam e aprofundavam os poderes na sociedade, personificado neste caso no partido Frelimo.

Na relação saber/poder, Foucault concentra a sua atenção mais especificamente no saber/poder (disciplinar) das instituições sociais que possibilitam o surgimento de discursos normativos. Podemos situar esta posição teórica com a prática discursiva dos autores do *Mineiro Moçambicano*, onde estes fazem passar sugestões e recomendações sobre *como deve ser e como se deve fazer*.

O CEA reafirma que ``de um modo geral há uma enorme confiança na Frelimo, mas são poucos os dados sobre a forma como funcionarão as aldeias comunais e como irão afectar os diferentes estratos do campesinato. Sugeríamos (sublinhado nosso), a elaboração de linhas de orientação sobre determinadas questões que seriam divulgadas entre a população do campo (CEA, 1998:193).



Como se vê, a ligação desta instituição produtora de saberes com os desígnios da ideologia dominante, é evidente no tipo de discurso que esta tenta veicular, um discurso que reflectia a visão pragmática de ciência defendida pela classe política, aliada a uma necessidade de legitimar a sua dominação e os seus projectos sociais.

Passaremos em seguida ao segundo vector da nossa abordagem, a questão da composição de classes dentro do campesinato.

A organização do campesinato em aldeias comunais, onde todos os camponeses estariam integrados na produção colectiva do campo implicava, segundo os homens da ciência, uma abordagem em termos de classes, pois que depois dos estudos efectuados em Inhambane, verificou-se que os camponeses não eram uma massa homogénea como a ideologia do poder tentava fazer crer. Encontrávamos dentro do campesinato diferentes estratos, que era preciso tomar em consideração. Segundo o CEA, ``era importante considerar o campesinato em termos de classe``(CEA, 1998:193).

Para começar, tínhamos a questão dos operários-camponeses, uma classe com um carácter ``movediço``, na medida em que não se definia exactamente como uma única categoria. Eram camponeses que tinham uma temporada de trabalho nas minas, ou mineiros e, neste caso, uma classe operária, que quando regressava trabalhava nas suas ``machambas``? Como não podia deixar de ser, o CEA reproduziu este dilema na obra o *Mineiro Moçambicano* valendo a pena citar completamente:

*`` Este processo de acumulação de capital com base na dissolução/conservação dos modos de produção pré-capitalistas, criou o operário-camponês que nem se encontra completamente divorciado dos seus meios de produção, nem é produtor independente, contando unicamente com os seus meios de produção. Isto levanta a questão da determinação de classe deste grupo social de operários-camponeses, fazem eles parte do proletariado ou do campesinato? (...) como operário das minas, sofreu a opressão directa do capital e participou na luta dos operários contra capital. Mas, por outro lado não foi totalmente liberto das aspirações pequeno-burguesas: estabelecer-se como camponês-agricultor, artesão ou pequeno comerciante, continua a ser uma possibilidade ao alcance de alguns ``(CEA, 1998: 196/7).*



# mega - Distribuição de Moçambique, Lda.

## SEDE SOCIAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS:

Av. da OUA nº 1095, Caixa Postal 2644

Telef.: 40 02 02 / 40 00 14 • Fax: 40 04 38

NUIT 400 010 153

## SERVIÇOS COMERCIAIS:

Av. O.U.A. Nº 1095

Av. Angola Nº 2900

## CASH & CARRY:

Av. O.U.A Nº 1095

Av. Angola Nº 2900

GUIA DE REMESSA Nº 02544

NOTA DE DEVOLUÇÃO

NOTA DE FALTA

Maputo, 02/11/2006

Ao(s) Exmo(s) Sr.(s) 12005 Cont. Nº \_\_\_\_\_

se enviam as seguintes mercadorias

Código	Quant.	Embalag.	Designação	Preço Unitário	Preço Global
	2	1/6	SOM BARRIF	117,50	✓
	1	1/20	CORACOLO	200,00	✓
	1	1/20	ESFARREGADO	230,00	✓
	1	1/6	VALTEI	116,00	✓
	1	1/12	VM TUNPOA	630,00	✓
	2	1/10	JO F.	152,00	✓
	1	1/10	TILIGO	112,50	✓
	1	1/12	PROTEX-ULTRA 3	93,00	✓
	1	1/12	" GENTLE-1	93,00	93,00 ✓
	1	1/10	SAFARI CIGAR	85,00	✓
Sub-Total ...					
IVA 17% ...					
TOTAL ...					1983,50

Académica, Lda. Sede: Av. OUA, n.º 50 NUIT 40001148 LICENÇA Nº 004MPPF-TIP99

Sociedade por quotas, matriculada na conservatória do Registo Comercial de Maputo sob o nº 11005, Capital Social realizado.

CAMIÃO

Data / Hora de Saída

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_

Recebido por: \_\_\_\_\_

Todas as mercadorias viajam por conta e risco do comprador

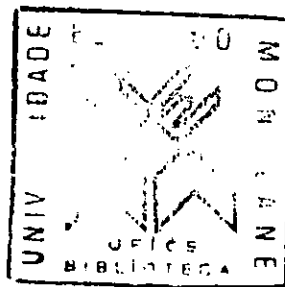


A solução para esta questão era fundamental para a manutenção da ideologia, na medida em que podia pôr em risco as políticas sobre a organização social do campesinato e a produção agrícola. Deste modo, tornava-se imperioso que se produzisse conhecimento sobre as directrizes a seguir para a produção de soluções práticas para tal projecto. Uma vez que, o processo contínuo de concentração-e dispersão da força de trabalho impunha limitações às formas de organização e acção dos trabalhadores, isto é , ao grau de envolvimento do operário-camponês na luta de classes( Serra, 1997:197).

Numa passagem do capítulo em análise, o CEA adverte: "o presente relatório não pretende, de modo algum, apresentar linhas de rumo, nem soluções para um melhor aproveitamento dos recursos da província de Inhambane(...) será seu objectivo apresentar algumas hipóteses por nós elaboradas e que consideramos que pode contribuir para a definição de uma política económica de desenvolvimento agrícola da província (CEA, 1998:99) (sublinhado nosso).

É assim que, por exemplo, o CEA adverte ao poder político para um melhor conhecimento sobre a natureza específica dos camponeses médios. Segundo o CEA, "a consciência de propriedade leva-o a recear quaisquer formas de produção colectiva, pois que muitas vezes as interpreta como tentativas de confiar ('nacionalizar') o seu gado, as suas árvores, as suas galinhas e a sua charrua. Um esclarecimento adequado sobre o alcance das cooperativas pode reduzir a sua aversão por tais formas de produção colectiva.(Ibidem. p.198) (...) A adopção de uma 'política de camponeses pobres' pode suscitar antagonismos por parte dos camponeses médios a alienar assim um sector importante do campesinato- justamente o sector que está mais capacitado para produzir excedentes comercializáveis (Ibidem. p.198).

Também em relação aos camponeses pobres, o discurso do CEA tem um destinatário preciso, neste caso a classe dirigente, "a fraca base material que a agricultura lhes proporciona não permite estabelecerem-se independentemente como produtores agrícolas dentro do actual sistema. A sua consciência situa-se, provavelmente, muito próximo da do operário e por isso parece-nos que este grupo de camponeses pobres constitui uma força importante na transição para o socialismo" (Ibidem. p.199).



Como se pode deprender, o discurso do CEA tem aqui um destinatário concreto, como diria Mannheim, a classe política produtora e detentora da ideologia. Até ao término da obra, os investigadores, como "verdadeiros cientistas revolucionários", vão descrevendo soluções e recomendações para um melhor aproveitamento do saber, como forma de produzir poder e de perpetuar a visão do mundo dominante. É assim que, a produção científica do CEA, mais particularmente *O Mineiro Moçambicano* tornou-se funcional à construção do socialismo em Moçambique e a manutenção da ideologia frelimista.

## 6. CONCLUSÃO

No presente trabalho, procurou-se descrever e analisar como uma dada situação existencial determinou e influenciou as condições de produção de conhecimento. Por outras palavras, foi nossa intenção estabelecer a articulação entre a instauração de uma ideologia ou visão de mundo por parte do partido Frelimo e a produção científica do CEA. Este texto deve-se mais em descrever a partir do conceito de Ideologia desenvolvido por Mannheim, bem como o binómio saber e poder Foucaultiano, as linhas de intersecção entre aquilo que o poder político propunha como visão de mundo, inserindo aqui, como não podia deixar de ser, o papel que atribuíam às ciências sociais e a forma como esse mesmo campo científico, mais especificamente, o CEA, interiorizou essa ideologia, trazendo deste modo, implicações na produção de ciência, suas perspectivas de análise, nas escolhas do temas bem como na 'utilidade' e finalidade desse mesmo conhecimento.

Creemos nós, que o estudo de uma determinada sociedade implica necessariamente a adopção de um modelo teórico. Este estudo é feito a partir da perspectiva da sociologia do conhecimento proposta por Karl Mannheim. Pensamos nós, que a utilidade desta abordagem reside no facto de ela buscar, como já referimos ao longo do estudo, compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, remetendo-nos como não podia deixar de ser para um tipo de pensamento, não de cada indivíduo, mas sim de um determinada colectividade, ou mais particularmente de uma determinado grupo social.

O CEA foi o produto de uma determinada situação social, o período pós-independência e de transição socialista. Na raiz de sua fundação estão os ideais de libertação nacional, de construção de um Moçambique independente e livre do jugo colonial. Como mencionamos neste trabalho, um ano depois da independência nacional nasceu o CEA, como uma *instituição de produção de saberes*. A construção de um Moçambique independente e do "homem novo" implicou necessariamente, a institucionalização de uma nova *visão de mundo* por parte da elite dirigente, neste caso o partido Frelimo. Foi neste contexto, que grande parte das publicações científicas do CEA foram produzidas. Havia todo um interesse do poder político, com a conquista da independência nacional, de legitimar, reproduzir e conservar a sua Ideologia ou visão de mundo, através de um controle do poder/saber sobre a realidade moçambicana.

Poderemos assim concluir que a estratégia da transição socialista defendida pela Frelimo, influenciou e condicionou a pesquisa e produção de saberes do CEA, de três principais maneiras: primeiro no tipo de abordagem que foi veiculado, tendo como unidade analítica o marxismo. Segundo, na escolha dos objectos de estudo a investigar e por ultimo, na questão da aprendizagem e aplicação prática da pesquisa e dos saberes produzidos. Como forma de dar suporte empírico à nossa reflexão, escolhemos como objecto de análise a obra de referência do CEA que é o "Mineiro Moçambicano" como forma de discernir as condições de produção do conhecimento dentro de uma determinada ideologia. Podemos afirmar, que a escolha deste tema pelo CEA estava dentro de uma *demarche* produzida pelo poder político, que pretendia no período de transição socialista compreender a problemática do fluxo migratório para a África do Sul como forma de melhor definir estratégias e directivas para a total libertação de Moçambique da dependência em relação ao "governo racista do apartheid."

Por outro lado, a partir de uma análise de classes marxista, a equipe de investigadores do CEA, questionam até que ponto Moçambique iria permitir a drenagem de mão de obra para as minas da África do Sul. Na mesma senda, os investigadores trazem sugestões e recomendações ao poder político para travar este fluxo, bem como em compreender o impacto da migração na economia rural de Moçambique e na estrutura social dos camponeses. Este estudo tinha assim por objectivo (...) analisar os problemas da transição da economia colonial-capitalista para uma do tipo socialista em Moçambique (Covane, 2001:51). Esta postura do CEA permite, a nosso ver, traçar linhas de articulação entre a *vontade de poder* e a *vontade de saber*, característica do poder político, que utilizava a ciência para caucionar e perpetuar a sua visão de mundo e o seu *status quo* na sociedade moçambicana. São sábias as palavras de Carlos Serra, quando diz que "os domínios e as formas do saber encontram-se rigorosa e politicamente determinados(...)" (Serra,1997:33)

Aferimos uma certa cumplicidade por parte dos investigadores do CEA em relação ao "guarda vento do sistema social" (Serra, 1997:32). Contudo, é preciso sublinhar que esta cumplicidade não é total, não poderemos deste modo afirmar, que todos os trabalhos científicos produzidos pelo CEA eram funcionais à manutenção e reprodução da ideologia do partido Frelimo. Alertarmos para o facto de termos mencionado neste estudo os textos de "difusão

restrita'', de alguns investigadores, que eram críticas abertas ao sistema vigente e às directivas do poder.<sup>29</sup>

Este trabalho realizado no âmbito da sociologia do conhecimento, não pretende ser mais do que uma *aproximação inicial* a problemática da determinação social do conhecimento produzido pelo CEA.

Diferentemente da concepção positivista, que encarava a ciência como um sistema de conhecimento dotado de mecanismos internos para a validação da orientação e dos resultados, a sociologia do conhecimento traz à superfície o condicionamento social dos próprios conteúdos teóricos e metodológicos da ciência

Através desta disciplina, que advoga que o conhecimento (no seu sentido mais amplo) é socialmente condicionado, poder-se-á problematizar alguns aspectos que não focados neste estudo. Por exemplo, a questão da orientação teórica e ideológica dos pesquisadores do CEA e a sua ligação na produção e reprodução do poder; a questão de como o exercício do poder interferia na produção científica, bem como os critérios de validade científica. É este um aspecto interessante da sociologia do conhecimento, que também não foi privilegiado neste trabalho

Portanto, a partir daqui, pode-se depreender que há ainda muitos aspectos a serem problematizados em estudos posteriores, cumprindo assim, a vocação da sociologia de não resolver problemas mas sim de criá-los.(Macamo,2001:18).

---

<sup>29</sup> Para aprofundar este assunto, poderá ler a distinção que Serra faz entre ''funcionários da ideologia'' e verdadeiros cientistas sociais, *in* ''Novos combates pela mentalidade sociológica'', Livraria Universitária, Maputo, 1997.



## 7. FONTES

### 7.1 Fontes Bibliográficas

ADAM, Yussuf. ``Historiadores e ideólogos`` In José, A& MENEZES, M. `` Moçambique – 16 Anos de historiografia : focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90``, Maputo, colecção Painel Moçambicano, 1991.

BERNOUX, Philipe. ``Sociologia das Organizações``, ed. Rés, Porto. (S/data).

BOURDIEU, Pierre. ``O campo científico. In: ORTIZ; R. (Org. ). Pierre Bourdieu: sociologia. Sao Paulo, Ed. Ática, 1983.

————— ``O Poder simbólico``, Ed. Difel, Lisboa, 1994.

BRAGANÇA; Aquino et O'LAUGHLIN, Bridget. ``O trabalho de Ruth Frist no CEA, in E. M n.14, 1996 CEA, Maputo, p.109-126.

CEA. ``O Mineiro Moçambicano: Um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane``, ed. Livraria Universitária, Maputo, 1998.

CEA. ``A política de investigação social do CEA``, primeiro seminário interdisciplinar de Antropologia, Maputo, departamento de Arqueologia e Antropologia, 1982.

CAHEN, Michel. ``Publications du Centro de Estudos Moçambicanos, de L Université Eduardo Mondlane, Maputo, Politique Africaine, II (5) Fev. 1982.

COVANE, Luís António. ``O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique``, Ed. Promedia, Maputo, 2001.

DARCH, Colin. "Escritos e investigação em Moçambique (1975-1980)" in Estudos Moçambicanos, número 1, CEA-UEM, Maputo, 1980.

DELEUZE, Gilles. "Foucault", Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

DEPELCHIN, Jacques. "Antropologia e História da Frelimo" in Primeiro seminário interdisciplinar de Antropologia, Maputo, DAA-UEM, 1982.

EAGLETON, Terry. "Ideologia". Ed. UNESP; Boitempo, São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. "Arqueologia do Saber", Ed. Vozes, Petrópolis 1972.

———— "Microfísica do poder" Rio de Janeiro, Graal, 1981.

———— "À ordem do discurso". São Paulo, Ed. Loloya 5ed. 1999

GANHÃO, Fernando. "Sobre a formação em ciências sociais" in Estudos Moçambicanos, numero 4, CEA, Maputo, 1983.

GEFFRAY, Christian. "Fragments dun discours du pouvoir (1975-1985): Dun bon usage dune meconnaissance scientifique", *Politique Africaine* n.29, 1988.

GONÇALVES, José. "Les Sciences Sociales en Angola, Cap-vert, Guinee-Bissau, Mozambique et Sao Tome et Príncipe", Monographie du Cordesia, Dakar, 1991.

GUSMÃO, Paulo. "Teoria sociológica", Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1992.

LAKATOS, Eva Maria et MARCONI, Maria. "Sociologia Geral, ed. Atlas, São Paulo, 1999.

LOFORTE, Ana Maria. "Social Science im Mozambique. Current perspectives and outlook for the future", in Social Knowledge: Heritage, challenges, perspectives", Lisboa, Pre-congress Volumes, 1997.

LY, Boubacar. `` Problemes epistemologiques et methodologiques des sciences sociales em Afrique``, Unesco- Cordesia, Dakar, 1991.

MACAGNO, Lorenzo. ``Os paradoxos do assimilacionismo: `uso e costumes` do colonialismo português em Moçambique (Tese de pós-graduação em Sociologia), Rio de Janeiro, 1996.

MACAMO, Elísio. ``A constituição duma sociologia das sociedades Africanas``, in E.M n.19. CEA, Maputo, (p.5 - 26), 2001.

MANNHEIM, Karl. ``Ideologia e Utopia``, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

————— Sociologia do conhecimento, Ed. Res, 2Vols. (S/data).

MOSCA, João ``A experiência socialista em Moçambique``, Instituto Piaget, 1999.

OSÓRIO, Maria da Conceição. `` Les Manuels Scolaires de Histoire au Mozambique – Une analyse`` Memoire de D.E.A, Paris, UniversitéParis, 1988.

PHILP, Mark. *Foucault* in: SKINNER, Quentin. ``As ciências humanas e os seus grandes pensadores`` Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1992

REIS Maria do Céu, ``Poderes e Saberes: Estado, Financiadores e Investigação ao sul do Sahara e algumas questões`` Estudos Moçambicanos, CEA, numero 14, Maputo, 1996. pag87-109.

SERRA, Carlos. ``Combates pela mentalidade sociológica``, Livraria Universitária, Maputo, 1997.

————— ``Novos combates pela mentalidade sociológica``, Livraria Universitária, Maputo, 1997.

SILVA, Teresa Cruz e, ``O Papel do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane no desenvolvimento das ciências sociais em Moçambique e no contexto da região`` In Seminário nacional de ciência e tecnologia``, Maputo, 2000.

TAELA, Kátia. `` Processos de legitimação do saber Antropológico em Moçambique``, UFICS, Maputo (2001).

TEMES, José. ``Michel Foucault e a Idade do Homem`` São Paulo, 1993.

WEBER, Max. ``Economia y sociedad :esbozo de sociologia comprensiva, 2ed., Fondo de Cultura Economica, Mexico, 1984.

ZUCULA, P.F. `` Radiografia da situação de ciência e tecnologia em Moçambique`` In Seminário Nacional sobre Ciência e Tecnologia.

## **7.2 Fontes documentais**

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique n.7, p.84, Abril, 1999.

``Discurso proferido pelo Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Fernando Ganhão, na abertura da reunião de especialistas sobre os problemas e prioridades na formação em ciências sociais na África Austral``, Maputo, 9-13 de Agosto, 1982.

Discurso proferido pelo Presidente Samora Machel, no encerramento da sessão alargada do conselho de Ministros a 1/8/79 , em Maputo, Ed. do partido Frelimo, Coleção Palavras de Ordem. ``Façamos de 1980-1990 a década da vitória sobre o subdesenvolvimento``

PACHELEQUE, Calisto. ``Um breve olhar sobre o CEA``, 2002, 4pgs.

FRELIMO, ``Relatório do Comité Central do partido Frelimo`` III Congresso, Maputo, 1977.

FRELIMO. "Relatório do Comité Central ao IV Congresso", Coleção IV Congresso, Maputo, 1983.

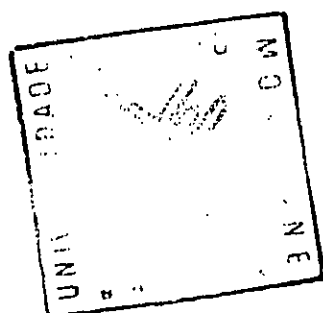
### 7.3 Fontes da Internet

ALVARENGA, Lídia. "Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault - traços de identidade teórico- metodológica", s/data, (<http://www.ibict.br/cionline/270398/-22k>).

BARROS, António, Teixeira. "Actores e discurso ecológico no Brasil : ciência, Estado e imprensa (1972-1992), Tese de doutoramento, Universidade de Brasília. S/data. (<http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/Np09/Np9Barros.pdf>).

JOAO, Oscar Picardo. " Ideologia y desideologizacion : Aproximacion al concepto" s/referencia <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/sociologia/>

WASHINGTON, Luiz. "Sociologia do conhecimento".  
<http://www.ipct.pucrs.br/letras/saopedro/htm/NUM/NUM16.HTM>



## ANEXO A

### **Descrição dos temas da Revista "Estudos Mocambicanos"**

#### **Estudos Mocambicanos 1 (1980)**

1. Economia política do colonialismo em Moçambique (Marc Wuyts)
2. Dependência colonial e integração regional (Luis de Brito)
3. Capitalismo na Zambézia ( Carlos Serra)
4. A Sena Sugar States e o trabalho migratório( Juduth Head)
5. Documento: carta aos direitos dos trabalhadores emigrantes na África Austral
6. Entrevistas e canções: A voz do mineiro
7. Processo de acumulação da RSA e a situação actual no sul do Save (Migueis Lopes Júnior)
8. Análise bibliográfica: Escritos e investigação sobre Moçambique, 1975/1980 (Colin Darch)

#### **Estudos Moçambicanos 2 (1981)**

Editorial: Do chibalo à libertação da África Austral (Aquino de Bragança/ Ruth First)

1. Chibalo e classe operaria: Lourenço Marques, 1870/1962 ( Jeanne prevence)
2. Entrevistas : O trabalho forçado por quem o viveu
3. Algodão: Das concentrações à produção colectiva (Kurt Habermeier)
4. Comité luso-rodésiano para assuntos económicos e comerciais, 1965/1970 ( Robert Davies)
5. Documento: África Austral pela libertação económica
6. Savimbi: Itinerário de uma contra-revolução (Aquino de Bragança)
7. Análise bibliográfica: As publicações da FRELIMO: Um estudo preliminar (Colin Darch)

#### **Estudos Moçambicanos 3(1981)**

Editorial: Socialização do campo e planificação

1. A questão agrária em Moçambique (Bridget O'Laughlin)
2. Sul do save: Estabilização e transformação de força de trabalho (Marc Wuyts)
3. Entrevistas e crónicas
4. A mulher e o trabalho (Alpheus Manghezi)

5. Chamavam-me terrorista (Alexandrino José)
6. A luta pelo futuro da África Austral: As estratégias dos CONSAS e SADCC ( Yussuf Adam, Robert Davies, Siphon Dlamini)
7. Análise bibliográfica : Trabalho migratório na África Austral: Um apontamento crítico sobre a literatura existente (Colin Darch)

#### **Estudos Moçambicanos 4 (1983)**

Editorial: Relançamo-nos (Aquino de Bragança)

1. Problemas e prioridades na formação em Ciências Sociais (Fernando Ganhão)
2. Kuthekela: Estratégia de sobrevivência contra a fome no sul de Moçambique (Alpheus Manghezi)
3. Movimento dos Lingulani no planalto de Mueda, 1957/1962 ( Yussuf Adam e Ana M. Gentili)
4. Comercio e acumulação: A comercialização de milho na alta Zambézia ( Maureen Mackintosh)
5. Análise bibliográfica: Notas sobre fontes estatísticas oficiais referentes a economia colonial Moçambicana: Uma crítica geral (Colin Darch)
6. Crítica e Comentário: Problemas da História da Zambézia (Judith Head( David Hedges)

#### **Estudos Moçambicanos 5/6 (1986)**

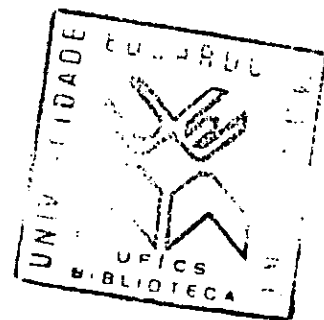
Editorial: Na linha da frente

1. Independência sem descolonização: A transferência do poder em Moçambique (Aquino de Bragança )
2. Da idealização da FRELIMO à compreensão da história de Moçambique (Aquino de Bragança/ Jacques Depelchin)
3. Lutas contemporâneas pela terra do vale do Limpopo. Estudo do caso de Chokw, Moçambique, 1950/1985 (Keneth Hermele)
4. Capital privado e o Estado no sistema de transportes da África Austral: As implicações da actual organização do transporte de carga na planificação de Moçambique (Maureen Mackintosh)

5. Baixa de preços e preservação da dependência: A resposta sul-africana às iniciativas do sector de transportes em Moçambique e na SADCC (Jeanne Stephen)
6. *Apartheid* em fúria: Uma análise das acções do regime de Botha na conjuntura actual (Robert Davies)



## ANEXO B



### Relação de alguns Relatórios de Investigação produzidos pelo CEA<sup>3031</sup>

- Relatório n.79/7: O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra.
- Relatório n.81/8: Wuyts, Marc, Camponeses e economia em Moçambique, reedição, Maputo, 1981, 39p. (versão inglesa esgotada).
- Relatório n.79/10 :Wuyts, Marc, On the question of mechanization of mozambican agriculture today, reedição, Maputo, 1979, 22p.
- Relatório provisório sobre o desemprego no Maputo, Maputo, 1978, 41p. (Esgotado).
- Relatório n.80/3: A transformação da agricultura familiar na província de Nampula, Maputo, 1980, 91p.
- Relatório n.81/3: Já não batem: a transformação da produção algodoeira, Maputo, 1981, 19p.
- Relatório n.81/2: Como melhorar as culturas alimentares?, Maputo, 1981, 25p.
- Relatório n.81/5: Como construir cooperativas?, Maputo, 1981, 62p.
- Relatório n.80/4: O sector estatal do algodão: força de trabalho e produtividade, um estudo da UP II Metocheria, Maputo, 1979, 55p. (Difusão restrita).
- Relatório n.79/9: Descaroçamento do algodão na província de Nampula, Maputo, 1979, 69p. (Difusão restrita).
- Relatório n.80/2: Capital privado, produtividade e participação : um estudo da fábrica TEXMOC, Maputo, 1980, 28p.
- Relatório n.81/1: Cotton production in Mozambique: a survey 1936-1979, Maputo, 1981, 79p. (Difusão restrita).
- Relatório n.81/9: Actuação do Estado ao nível distrital: o caso de Lugela, Maputo, 1981 (Difusão restrita).

<sup>30</sup> Material retirado de CAHEN, Michel. "Publications du *Centro de Estudos Moçambicanos*, de L Université Eduardo Mondlane, Maputo, *Politique Africaine*, II (5) Fev. 1982.

<sup>31</sup> Para um melhor do espólio bibliográfico do CEA, Pachaleque, Calisto. "Bibliografia, 1977- 1989, in E.M n.7, CEA, Maputo, 1990